



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

ANA RAQUEL ALVES MUNIZ

A POLÍTICA EM JERICÓ, PARAÍBA ENTRE OS ANOS DE 2012 E 2020.

CAJAZEIRAS, PARAÍBA

2024

ANA RAQUEL ALVES MUNIZ

A POLÍTICA EM JERICÓ, PARAÍBA ENTRE OS ANOS DE 2012 E 2020.

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado à Unidade Acadêmica de Ciências Sociais do Centro de Formação de Professores (CFP) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), *campus* de Cajazeiras como requisito de avaliação para conclusão do curso Licenciatura em História. Sob orientação do Professor Dr. Matheus Maria Beltrame.

CAJAZEIRAS, PARAÍBA

2024

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação-(CIP)

M966p Muniz, Ana Raquel Alves.
A política em Jericó, Paraíba entre os anos de 2012 e 2020 / Ana Raquel
Alves Muniz. – Cajazeiras, 2024.
57f. : il. Color.
Bibliografia.

Orientador: Prof. Dr. Matheus Maria Beltraime.
Monografia (Licenciatura em História) UFCG/CFP, 2024.

1. História política - Jericó - Município - Paraíba. 2. Eleições. 3. Jericó -
Município - Paraíba. 4. Campanha política - 2004-2020. I. Beltraime,
Matheus Maria. II. Título.

UFCG/CFP/BS

CDU – 32(813.3)

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Denize Santos Saraiva Lourenço CRB/15-046

ANA RAQUEL ALVES MUNIZ

A POLÍTICA EM JERICÓ, PARAÍBA ENTRE OS ANOS DE 2012 E 2020.

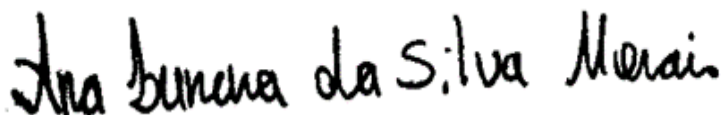
Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado à Unidade Acadêmica de Ciências Sociais do Centro de Formação de Professores (CFP) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), *campus* de Cajazeiras como requisito de avaliação para conclusão do curso Licenciatura em História.

Aprovada em: 18 / 07 / 2024

BANCA EXAMINADORA



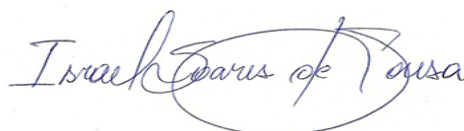
Dr. Matheus Maria Beltrame (Orientador)
(UFCG-CFP) – Titular



Dr^a. Ana Lunara da Silva Moraes
(UFCG-CFP)- Titular



Dr^o Luciano da Silva
(UFCG-CH) - Titular Externo



Dr^o Israel Soares de Sousa
(UFCG-CFP) - Suplente

CAJAZEIRAS – PARAÍBA

2024

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus e a minha família (Minha mãe, meu pai, minhas tias e meus avós) que sempre me deram apoio emocional, me incentivando desde de pequena a não desistir dos estudos para que eu conseguisse entrar em uma universidade, além do apoio financeiro para que eu conseguisse manter minha estadia durante esse percurso um tanto quanto árduo.

Agradeço também a professora Rosilene Melo por ter me orientado durante o processo difícil que foi encontrar um objeto de pesquisa e seus procedimentos. Ao professor Matheus Maria Beltrame por ter me aceitado prontamente como sua nova orientanda, quando a professora Rosilene precisou se ausentar para seu pós-doutorado, os dois me nortearam em relação à pesquisa e me ajudaram nesse processo que sem a ajuda deles não teria conseguido.

Aos meus amigos que a universidade me deu, e que prontamente me ajudaram sempre que necessário com as demandas da faculdade, pois, muitas vezes a universidade foi um ambiente que me angustiou, mas com a ajuda deles se tornou mais leve e divertido, pois sabia que podia contar com eles. Ao meu terapeuta por ter me guiado durante esse processo, pois sei que sem essa ajuda tudo teria sido mais caótico e difícil.

Em último lugar agradeço a mim, por ter finalizado o que eu acreditava não ser capaz de fazer, e ter descoberto, já nos últimos momentos, os pequenos prazeres da escrita e da pesquisa e perceber que não era tão ruim quanto imaginava.

DEDICO

A minha família e a historiografia.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar os jogos de poder durante as campanhas políticas de 2004 a 2020, na cidade de Jericó, Paraíba, em consonância com a reação da população e a forma que ela interpreta esses acontecimentos, sendo assim, o tema desta pesquisa adentra a área da História Política, mais especificamente a história política local. Para melhor discorrer sobre o assunto algumas questões precisam ser analisadas, como se trata de uma cidade pequena, no interior do Nordeste, o conceito de coronelismo precisa ser debatido, para isso serão utilizadas as obras de Leal (2012) e Fortunato (2008). As fontes utilizadas no decorrer da pesquisa serão o último capítulo do livro *Viajando pela história de Jericó*, de Claudizon de Sousa Galvão, que aborda a história política da cidade até o ano de sua publicação em 2006 e entrevistas com a população que vivenciou as campanhas políticas de 2004 a 2020; a metodologia utilizada para compreender os dados coletados será a análise dos discursos dos entrevistados e dos discursos feitos pelos candidatos a eleição municipal. Por existir poucas produções acerca da cidade, busca-se com esse trabalho preencher lacunas que são percebidas também por outros moradores.

Palavras-chave: História Política, Eleições, Jericó.

ABSTRACT

This work aims to analyze the power games during political campaigns from 2004 to 2020, in the city of Jericó, Paraíba, in line with the population's reaction and the way they interpret these events, therefore, the theme of this research enters into the area of Political History, more specifically local political history. To better discuss the subject, some issues need to be analyzed, as it is a small city, in the interior of the Northeast, the concept of coronelismo needs to be debated, for this purpose the works of Leal (2012) and Fortunato (2008) will be used. The sources used during the research will be the last chapter of the book *Viajando pela História de Jericó*, by Claudizon de Sousa Galvão, which covers the political history of the city until the year of its publication in 2006 and interviews with the population who experienced the political campaigns from 2004 to 2020; The methodology used to understand the data collected will be the analysis of the interviewees' speeches and the speeches made by candidates for the municipal election. As there are few productions about the city, this work seeks to fill gaps that are also noticed by other residents.

Keywords: Political History, Elections, Jericó.

LISTA DE FIGURAS

- FIGURA 1:** MAPA DA ÁREA DO MUNICÍPIO RETIRADO DO GOOGLE MAPS VIA CAPTURA DE TELA.....19
- FIGURA 2:** IMAGEM RETIRADA DO SITE DO GOOGLE MAPS, VIA CAPTURA DE TELA. CIRCULADO NA COR ROXA ESTÁ O MUNICÍPIO DE JERICÓ, NA COR AZUL OS MUNICÍPIOS DE BOM SUCESSO E MATO GROSSO, QUE FAZIAM PARTE DE JERICÓ E CIRCULADO NAS CORES VERMELHAS, ESTÃO OS MUNICÍPIOS, COM MAIOR NÚMERO DE HABITANTES E QUE POSSUEM INFLUÊNCIA NA REGIÃO...19
- FIGURA 3:** RELAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS CONTRATADOS PELA PREFEITURA NO ANO DE 2023 ATÉ O MÊS DE SETEMBRO. CAPTURA DE TELA DAS INFORMAÇÕES CONTIDAS NO SITE SAGRES ONLINE.....26
- FIGURA 4:** RELAÇÃO TOTAL DE FUNCIONÁRIOS PELA PREFEITURA NO ANO DE 2023 ATÉ O MÊS DE SETEMBRO. CAPTURA DE TELA DAS INFORMAÇÕES CONTIDAS NO SITE SAGRES ONLINE.....27

LISTA DE GRÁFICOS

TABELA 1: PARTIDOS DOS CANDIDATOS A PREFEITOS ELEITOS E NÃO ELEITOS E DOS VEREADORES ELEITOS.....	24
--	-----------

LISTA DE ABREVIATURAS

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDHM- Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

MDB- Movimento Democrático Brasileiro

PDT- Partido Democrático Trabalhista

PL- Partido Liberal- Anteriormente chamado PR (Partido da República)

PP- Partido Progressistas

PPS- Partido Popular Socialista- Atual CIDADANIA

PSB- Partido Socialista Brasileiro

PSDB- Partido da Social Democracia Brasileira

PT- Partido dos Trabalhadores

PV- Partido Verde

MEI- Microempreendedor individual

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1 - JERICÓ E SUA HISTÓRIA.....	18
1.1 DESENHANDO O MUNICÍPIO.....	18
1.1.1 Características Gerais.....	18
1.1.2 Geografia.....	18
1.1.3 População.....	20
1.2 CARACTERIZAÇÃO POLÍTICA.....	21
1.2.1 Famílias Políticas.....	21
1.2.2 Partidos.....	22
1.2.3 Relação de Funcionários.....	24
1.3 RELAÇÕES POLÍTICAS.....	26
2 - JERICÓ E O CORONELISMO.....	28
2.1 CORONELISMO.....	28
3 - JERICÓ CONTEMPORÂNEO: mudanças e semelhanças com o passado.....	41
3.1 VIAJANDO PELA HISTÓRIA DE JERICÓ: trajetória política.....	41
3.2 ANÁLISE DAS PERCEPÇÕES POLÍTICAS.....	45
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	52
FONTES.....	54
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	54

INTRODUÇÃO

A cidade de Jericó, Paraíba, anteriormente distrito pertencente a Catolé do Rocha e emancipada em maio de 1959, possui alguns grupos políticos que disputam, como em outras cidades, o poder local. Mas por ser uma cidade pequena em que a população depende, principalmente, dos empregos gerados pela prefeitura para se sustentar dignamente, o Clientelismo, o Paternalismo entre outras características ditas Coronelistas, ainda ocorrem fortemente no município. De 2012 a 2020 houve como nas eleições anteriores trocas de alianças entre esses políticos, que “pulavam” de um lado para outro, seja para estar ao lado do grupo mais forte, seja para estar aliado ao grupo que comandava a prefeitura, ou por outras razões.

Assim, essa pesquisa tem como objetivo analisar os jogos de poder no âmbito da política em Jericó, entre os anos de 2012 a 2020, levando em consideração a percepção da população perante essas estratégias políticas, ou seja, como o corpo social interpreta e age diante desses acontecimentos. Esse recorte temporal foi escolhido devido ao fato de ser uma análise que temos pouco tempo para realizar, não permitindo que possamos avaliar um tempo maior, além disso, eu vivenciei essas eleições e o desenrolar das mesmas, percebendo as artimanhas do jogo político, onde os políticos migraram de um lado para o outro.

Desde sua criação muito pouco foi escrito e pesquisado acerca de sua História. O único livro existente chama-se *Viajando pela história de Jericó* de Claudizon de Sousa Galvão publicado em 2006, que faz um apanhado geral da história do município, desde a época antes da colonização até a época em que foi lançado em 2006, tendo a história política como foco em apenas um capítulo, mostrando o nomes de todos os prefeitos e vereadores desde a emancipação e os feitos desses políticos, nele há também os nomes de políticos que fizeram a gestão quando Jericó ainda fazia parte do município de Catolé do Rocha. Nenhum outro tipo de trabalho foi escrito acerca da História Política Local, ou sobre qualquer outra parte de sua história.

Sendo assim, percebe-se que é necessária novas perspectivas sobre a história da cidade, já que o livro foi lançado em 2006, ou seja, a mais de dezesseis anos, e de lá para cá novos acontecimentos ocorreram, além de que, pouco se conhece sobre o município, e mesmo com essa produção, ainda sim, várias questões ainda precisam ser estudadas.

Acredito que, com esse trabalho, onde se busca apresentar e analisar a política local e a reação social para melhor entendimento, conseguiremos preencher pelo menos uma parte desta lacuna que é percebida também por outros moradores da cidade, principalmente, a

parte da área política do município vista como ruim por uma parcela da população, que muitas vezes se mostra insatisfeita com a situação.

Devido a temática tratar da história política da cidade de Jericó, o tema desta pesquisa adentra a área da História Política, mais especificamente a história política local.

No primeiro capítulo, intitulado “**Jericó e sua história**”, será abordado a geografia do município, sua história e grupos políticos existentes.

Para melhor compreensão das alianças políticas que existiam em 2012 e como ela foi mudando ao longo das eleições posteriores, optei por explicar aqui quais os candidatos das eleições de 2008, pois creio ser importante para entender o ambiente eleitoral do ano de 2012. Durante o período de 2008 ocorreu, assim como em 2004, as campanhas políticas de Rinaldo de Oliveira Souza (PR) e Valdelânia Lopes Monteiro Oliveira (DEM) como oposição e assim como em 2004 Rinaldo foi o candidato eleito. Em 2012 Claudeeide de Oliveira Melo (DEM), na época marido de Valdelânia Lopes candidatou-se a prefeito e foi apoiado por Rinaldo de Oliveira, como oposição havia o candidato João Neto Alves de Oliveira (PPS), Claudeeide de Oliveira Melo foi o candidato eleito.

Já em 2016, Claudeeide de Oliveira Melo (PP) não tinha mais o apoio do ex-prefeito Rinaldo que agora apoiava José Wellington de Oliveira (PR), seu primo, e que também havia apoiado Claudeeide de Oliveira na eleição anterior, mas desfez a aliança, candidatou-se a prefeito tendo como vice-prefeito João Neto Alves, novamente Claudeeide de Oliveira ganhou as eleições. Em 2020 os candidatos foram Cícero Hallysson Cura Oliveira (PP), sobrinho de Claudeeide de Oliveira, e Kadson Valberto Lopes Monteiro (CIDADANIA) que era aliado de Claudeeide de Oliveira e exercia o cargo de vereador há alguns anos, além de ser irmão de Valdelânia Lopes. Com o fim de sua aliança com Claudeeide de Oliveira, Kadson Monteiro aliou-se a João Neto Alves, novamente candidato a vice-prefeito. Kadson Monteiro foi o candidato eleito.

Em relação à câmara municipal de vereadores durante essas eleições, percebe-se que, à medida em que o candidato a prefeito perde as eleições, também perde vereadores. Ao analisar os vereadores eleitos nessas mesmas eleições, vê-se que, em 2012 o candidato João Neto Alves possuía 5 dos 9 vereadores eleitos naquele ano como seu aliado, enquanto que Claudeeide de Oliveira Melo possuía os outros 4. Na eleição seguinte, João Neto Alves e seu aliado José Wellington possuíam 4 dos vereadores eleitos, como seus aliados e Claudeeide de Oliveira os outros 5 vereadores. No ano de 2020 Claudeeide de Oliveira, juntamente com seu aliado Hallysson Oliveira possuía 5 dos vereadores eleitos e João Neto Alves e seu novo aliado Kadson Monteiro os outros 4 vereadores. Após essa última eleição em que Kadson

Monteiro é o candidato eleito para prefeitura, até o momento em que a pesquisa está sendo feita, ou seja, o primeiro semestre do ano de 2024, o mesmo possui, até onde se pode afirmar, 5 vereadores que o apoiam.

Dito isso, percebe-se que várias reviravoltas ocorreram de lá para cá, causando intrigas e mudanças no meio político. Portanto, o objetivo deste trabalho é analisar as estratégias políticas usadas por esses grupos para se manterem no poder durante esse período, de 2012 a 2020, além de buscar conhecer como a população inserida nesse contexto reagiu e reage a essas mudanças.

Um aspecto importante para se compreender a política local é a participação da família no meio político, pois, esses candidatos na maioria das vezes, não são os únicos membros da família a se inserirem nesse campo. Geralmente essas pessoas já fazem parte de uma família que está acostumada com a politicagem, sendo assim, não só possuem antepassados que estiveram na política como possuem membros familiares que trabalham junto com ele neste campo (pais, filhos, tios, irmãos etc.) Analisando os candidatos a prefeitos nas eleições de 2012 a 2020 por exemplo, vemos que o político Claudeide de Oliveira Melo, prefeito de 2013 a 2020, além de tio do candidato a prefeito em 2020 é irmão de Damião de Oliveira Melo (Dão) que foi vereador e ex-prefeito de Jericó. José Wellington de Oliveira (Zé Wellington) é filho de José da Silva Oliveira (Zé Leopoldo) que foi vice-prefeito, vereador e ex-prefeito de Jericó e primo do ex-prefeito Rinaldo de Oliveira Souza. Kadson Monteiro é filho do ex-vereador de Jericó Valdecy da Silva Monteiro.

Esse meio de se fazer política não é exclusivo da cidade de Jericó, acontece em todo o Brasil, porém possui um percentual mais alto na região Nordeste. Monteiro (2016), aborda bem essa questão, tendo como foco principal o estado da Paraíba. Nas palavras dele,

A constituição da herança política só ratifica o argumento de que para ser político no Brasil não necessita tão somente pertencer às fileiras dos partidos (...)precisa ser reconhecido como legítimo. E um dos distintivos que tem configurado essa legitimidade está no “nome de família”. Este, claro, associado a outros tipos de capitais: econômico e cultural (...) Nascer em famílias políticas é herdar “nome” e “sobrenome”, capital político-familiar que se traduz em capital simbólico conhecido, reconhecido e desconhecido – como capital – por isso legitimado na sua forma simbólica de dominação (p. 107).

Sendo assim percebe-se que ser membro de uma família que já participa da política possui um peso favorável ao candidato, se essa família possuir uma boa reputação, pois possuirá credibilidade social e capital econômico como herança, além de conhecer como os jogos de poder no âmbito da política funcionam. Dos nomes apresentados para as eleições

de 2012 e 2020 apenas João Neto Alves não possui familiar direto inserido no meio político o que reforça ainda mais essa ideia.

Por se tratar de uma pesquisa voltada para História Política e a História Local, onde, como foi citado anteriormente, a população vive na maioria das vezes dependente da prefeitura, principalmente quando se trata de empregos, conceitos como Coronelismo e Clientelismo serão abordados neste trabalho, pois na maioria das vezes essas vagas de emprego na prefeitura são utilizadas como moeda de troca/ chantagem. Votando no candidato você ganha/mantém o empregado pela prefeitura, não votando fica desempregado. Segundo dados retirado do site *SAGRES ONLINE* em Jericó no ano de 2023 até o mês de novembro mais de 50% dos funcionários da prefeitura se encaixam nas categorias *eletivo; comissionado; e contratação por excepcional interesse público* ou seja, funcionários contratados e que apoiam o prefeito. Mas isso não é uma característica apenas da gestão atual, fazendo parte também das eleições anteriores e de outros locais, o que corrobora ainda mais a ideia de que o Paternalismo e Clientelismo estão presentes nos dias atuais mesmo após o fim do Coronelismo.

A cidade de Jericó possui uma pequena população de 7.516 de acordo com o censo de 2022 feito pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e é relativamente nova, tendo sido emancipada em 1959, antes disso pertencia ao município de Catolé do Rocha.

Desde sua criação até os dias de hoje os candidatos para o comando da prefeitura são pessoas pertencentes a famílias já influentes e que já possuíam membros inseridos na carreira política, o sobrenome que mais se destaca no decorrer dos anos, quando o assunto é o comando da prefeitura é o dos descendentes da elite política catoleense, onde Jericó anteriormente havia sido distrito, porém como informa Galvão (2006, p. 178) “Em Jericó a linhagem “Maia” mudou de sobrenome, adotando a denominação de “Rosado de Oliveira” para os descendentes daquela eminente estirpe.” O motivo da mudança não foi possível saber, mas a linhagem Maia continuou a ter influência no seu antigo território.

Além deles há também alguns outros sobrenomes que aparecem com frequência no começo da História Política da cidade são os sobrenomes Nobre, que aparece apenas na década de 1960, Lopes que aparece nas décadas de 1960 e 1970, Freitas que aparece na década de 1980 e 1990, Monteiro que aparece na década de 1980 e depois volta a aparecer na década de 2000, continuando até os dias de hoje e por último o sobrenome Melo começa a aparecer na década de 1970 e continua até os dias atuais. Outros sobrenomes que aparecem com frequência são Oliveira, Silva e Sousa, porém como sobrenomes mais comuns, não foi

possível saber se esses políticos têm algum parentesco entre si. De alianças a intrigas, muitas mudanças ocorrem nesses grupos locais, e a população diante disso observa, crítica e muitas vezes idolatra determinadas figuras, e mesmo muitas vezes decepcionando-se com alguns políticos tornam a votar nessas mesmas pessoas.

Para melhor discorrer sobre o assunto algumas questões precisam ser analisadas, como se trata de uma cidade pequena, no interior do Nordeste, o conceito de Coronelismo precisa ser debatido, pois frequentemente muitos autores que estudam o tema associam o Coronelismo ao nordeste, por acreditarem que o que dá força ao coronelismo é a falta de desenvolvimento local/regional e a região Nordeste é entendida como um local “atrasado”, esse será o tema abordado no segundo capítulo intitulado **“Jericó e o coronelismo”**.

O conceito de Coronelismo é bastante diversificado, a depender do autor que o estuda, sua origem e seu declínio apresentarão localizações temporais diferentes e características que também vão diferir de um autor para outro. O primeiro autor a abordar o tema foi Victor Nunes Leal, em seu livro *Coronelismo, enxada e voto*, lançado pela primeira vez em 1948, após a chegada de Getúlio Vargas ao poder em 1930, época em que a chamada República dos Coronéis havia sido derrubada.

Maria Lucinete Fortunato, em seu livro *O conceito de coronelismo e a imagem do coronel: de símbolo a simulacro do poder local* (2008,p.110), ao comentar sobre o fato dos estudos sobre o coronelismo começarem após o fim da Primeira República conhecida por ter sido comandada pelos coronéis e suas oligarquias locais e estaduais conclui que “(...) o conceito de coronelismo foi inventado depois de 1930 para dar validade a práticas de dominação que pareciam decadentes, quer seja com o objetivo de perpetuá-las ou de criticá-las.” Ou seja, o objetivo era a partir desses discursos mostrar o coronelismo como acontecimento do passado, que foi derrubado quando Vargas chega ao poder em 1930 trazendo modernidade e desenvolvimento ao país, continuando existindo apenas onde esse desenvolvimento ainda não havia chegado.

Ao observarmos as relações de poder na política local da cidade em questão, observamos o poder como algo que não se encontra simplesmente nas mãos dos políticos e da elite local, mas de toda população que se utilizam dos meios disponíveis para resistir ou adaptar-se aos meios de vida que se encontram.

O terceiro e último capítulo intitulado **“Jericó contemporâneo: mudanças e semelhanças com o passado”** será onde a prática e análise da pesquisa será feita, além de suas devidas conclusões.

O método utilizado para realizar a pesquisa será a história oral que deverá ser utilizada como fonte principal, pois será a partir de entrevistas com uma amostra da população acerca da política local que saberemos como essas pessoas interagem na política do município e com os próprios políticos. A análise do discurso servirá para interpretar as falas da população.

Como fonte, será utilizado o último capítulo do livro *Viajando pela história de Jericó*, de Claudizon de Sousa Galvão, que aborda a história política da cidade até o ano de sua publicação em 2006 e entrevistas com a população que vivenciou as campanhas políticas de 2012 a 2020.

No objetivo de obter uma maior organização, primeiramente será analisado o último capítulo do livro *Viajando pela história de Jericó*, de Claudizon de Sousa Galvão, que é o capítulo que aborda a história política do município até o ano de 2006 quando foi publicado, ao analisar esse capítulo buscaremos compreender qual discurso/imagem o autor quer passar para o leitor.

Por último serão realizadas as entrevistas com a população local, que serão realizadas no intuito de obter informações sobre as campanhas políticas, recorrendo principalmente a memória; buscar conhecer os acontecimentos mais marcantes para cada entrevistado; saber suas opiniões a respeito da política local; saber como esses entrevistados se sentem em relação à política local e em que posições se encontram dentro dela. Ao final de todas as entrevistas serão realizadas as transcrições necessárias.

1 - JERICÓ E SUA HISTÓRIA

1.1 DESENHANDO O MUNICÍPIO

1.1.1 Características Gerais

A cidade de Jericó no Estado da Paraíba possui uma população de 7.516 de habitantes, de acordo com o censo de 2022, feito pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e é relativamente nova, tendo sido emancipada no ano de 1959, antes disso pertencia ao município de Catolé do Rocha.

Nessa época muitos distritos pelo Brasil estavam sendo emancipados, porém isso ocorreu em maior escala no estado da Paraíba. Segundo Bezerra discorreu em sua tese, havia uma maior facilidade para as emancipações dos distritos geradas pela constituição de 1946, aproveitando-se disso, os políticos do estado buscavam emancipar distritos locais com o objetivo de angariar recursos. Essas aprovações se deram, principalmente, a partir do governador Pedro Gondim, esses políticos argumentavam que “(...)criar município seria “carrear” recursos fiscais, que seriam “bem-vindos”, principalmente em um estado “pobre” como a Paraíba.” (Bezerra, 2016, p.104). Dito isso, percebe-se que o município de Jericó foi emancipado num contexto em que se buscava trazer para ao estado um maior número de recursos públicos.

1.1.2 Geografia

O município está localizado na faixa ocidental do Estado da Paraíba, mais especificamente, no baixo sertão do Piranhas, fazendo limite a norte com os municípios de Brejo dos Santos e Catolé do Rocha, a Sul com o município de Lagoa, a Leste com Mato Grosso e Riacho dos Cavalos e a Oeste com Bom Sucesso (Galvão, 2006), estando próximo, também, da cidade de Pombal. Segundo dados do IBGE de 2022 o município possui uma área territorial de 177,356 km², possuindo 42,38 habitantes por quilômetro quadrado.

1.1.3 População

Em 1960, segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) o município possuía 11.006 habitantes¹, dessas pessoas 3.209 sabiam ler e escrever e 942 ainda estavam estudando, nessa época a maior parte da população trabalhava em atividades agropecuárias e extrativas, estando 3.066 delas economicamente ativas e 7.105 economicamente inativas.

Já no censo de 1970 a população era de 6.467 pessoas, essa diminuição populacional se deu, pois, na segunda onda de emancipações políticas pelo estado na década de 1960 o distrito de Bom Sucesso foi emancipado. Dessas 6.467 pessoas, 238 haviam terminado o curso elementar, a agropecuária juntamente com a pesca continuou sendo a principal atividade exercida, com 1.593 pessoas economicamente ativas e 3.712 pessoas não economicamente ativas².

No censo de 1980, a população aumenta para 8.177 pessoas³, não sendo possível no entanto encontrar o censo sobre a situação empregatícia nem educacional. No próximo censo, o de 1991, a população aumenta para 9.458 pessoas⁴, dessas 3.597 eram pessoas alfabetizadas⁵. Temos 3.102 pessoas economicamente ativas, não sendo possível saber qual a principal atividade exercida por essas pessoas, mas analisando pelos resultados anteriores é possível que tenha sido a agropecuária e a pesca⁶. A partir dessa época é possível ver o IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal), no ano de 1991 esse índice era de 0,331⁷.

No ano de 2000 a população era de 7.416, essa queda populacional se deu, provavelmente, porque novamente um distrito do município foi emancipado, o de Mato Grosso em 1994. Dessas 7.416 pessoas, 4.282 eram alfabetizadas⁸ e 2.889 eram economicamente ativas. O IDHM era de 0,452. No ano de 2010, a população era de 7.538 pessoas, dessas 2.935 estavam estudando em algum nível de ensino e 2.307 eram economicamente ativas, o IDHM nesse ano aumentou para 0,603.

¹ https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/68/cd_1960_v1_t5_rn_pb.pdf acessado em 13/03/2024 às 11:21.

² https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/69/cd_1970_v1_t9_pb.pdf acessado em 13/03/2024 às 20:50.

³ <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/202#resultado> acessado em 14/03/2024 às 16:35.

⁴ <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/202#resultado> acessado em 14/03/2024 às 17:01.

⁵ <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/204#resultado> acessado em 14/03/2024 às 17:08. Esse resultado é referente a população de 5 anos ou mais.

⁶ <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/616#resultado> acessado em 14/03/2024 às 17:05.

⁷ <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pb/erico.html> acessado em 14/03/2024 às 17:22. Através desse link também é possível ver os resultados de 2000 e 2010.

⁸ <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/204#resultado> acessado em 14/03/2024 às 17:38. Novamente esse resultado é referente a população de 5 anos ou mais.

Por fim, no último censo, o de 2022 a população era de 7. 516 pessoas, não sendo possível encontrar dados gerais sobre a escolarização da população, apenas o número de matrículas no ensino fundamental no ano de 2021 que era de 930⁹. Também não foi possível encontrar o número de pessoas economicamente ativas e o último resultado do IDHM foi do ano de 2010.

1.2 CARACTERIZAÇÃO POLÍTICA

1.2.1 Famílias Políticas

Um aspecto importante para se compreender a política local é a participação da família no meio político, pois, esses candidatos na maioria das vezes, não são os únicos membros da família a se inserirem nesse campo. Geralmente essas pessoas já fazem parte de uma família que está acostumada com a politicagem, sendo assim, não só possuem antepassados que estiveram na política como possuem membros familiares que trabalham junto com eles neste campo (pais, filhos, tios, irmãos etc.) Utilizaremos os políticos das eleições pesquisadas como exemplo: o político Claudeeide de Oliveira Melo, prefeito de 2013 a 2020, além de tio do candidato a prefeito em 2020 é irmão de Damião de Oliveira Melo (Dão) que foi vereador e ex- prefeito de Jericó. José Wellington de Oliveira (Zé Wellington) é filho de José da Silva Oliveira (Zé Leopoldo) que foi vice-prefeito, vereador e ex-prefeito de Jericó e primo do ex-prefeito Rinaldo de Oliveira Souza. Kadson Monteiro é filho do ex-vereador de Jericó Valdecy da Silva Monteiro.

Essa forma de se fazer política não é exclusiva da cidade de Jericó, acontece em todo o Brasil, porém possui um percentual mais alto na região Nordeste. Monteiro (2016), aborda bem essa questão, tendo como foco principal o estado da Paraíba. Nas palavras dele,

A constituição da herança política só ratifica o argumento de que para ser político no Brasil não necessita tão somente pertencer às fileiras dos partidos (...) precisa ser reconhecido como legítimo. E um dos distintivos que tem configurado essa legitimidade está no “nome de família”. Este, claro, associado a outros tipos de capitais: econômico e cultural (...) Nascer em famílias políticas é herdar “nome” e “sobrenome”, capital político-familiar que se traduz em capital simbólico conhecido, reconhecido e desconhecido – como capital – por isso legitimado na sua forma simbólica de dominação (p. 107).

Sendo assim, percebe-se que ser membro de uma família que já participa da política possui um peso favorável ao candidato, se essa família possuir uma boa

⁹ <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/jerico/panorama> acessado em 14/03/2024 às 18:14.

reputação, pois possuirá credibilidade social e capital econômico como herança, além de conhecer como os jogos de poder no âmbito da política funcionam. Dos nomes apresentados para as eleições de 2012 e 2020 apenas João Neto Alves não possui familiar direto inserido no meio político, o que reforça ainda mais essa ideia.

Desde sua criação até os dias de hoje os candidatos para o comando da prefeitura são pessoas pertencentes a famílias já influentes e que já possuíam membros inseridos na carreira política, o sobrenome que mais se destaca no decorrer dos anos, quando o assunto é o comando da prefeitura é o dos descendentes da elite política catoleense, os Maias, onde Jericó anteriormente havia sido distrito, porém como informa Galvão (2006, p. 178) “Em Jericó a linhagem “Maia” mudou de sobrenome, adotando a denominação de “Rosado de Oliveira” para os descendentes daquela eminente estirpe.” O motivo da mudança não foi possível saber, mas a linhagem Maia continuou a ter influência no seu antigo território.

Além deles há também alguns outros sobrenomes que aparecem com frequência no começo da História Política da cidade, são os sobrenomes: Nobre, que aparece apenas na década de 1960, Lopes que aparece nas décadas de 1960 e 1970, Freitas que aparece na década de 1980 e 1990, Monteiro que aparece na década de 1980 e depois volta a aparecer na década de 2000, continuando até os dias de hoje e por último o sobrenome Melo que começa a aparecer na década de 1970 e continua até os dias atuais. Outros sobrenomes que aparecem com frequência são Oliveira, Silva e Sousa, porém como sobrenomes mais comuns, não foi possível saber se esses políticos têm algum parentesco entre si.

1.2.2 Partidos

Durante o período analisado para a pesquisa, ou seja de 2012 a 2020, houve trocas de partidos, isso ocorreu tanto entre os candidatos a prefeitos como entre os candidatos a vereadores. Entre esses períodos alguns partidos se sobressaíram na quantidade de filiados, com alguns aspectos sendo únicos para cada ano de eleição. Abaixo há um gráfico com os partidos que esses candidatos eram filiados, sendo que esse gráfico mostra a filiação partidária dos candidatos a prefeitos eleitos e não eleitos, e a filiação partidária apenas dos vereadores eleitos.

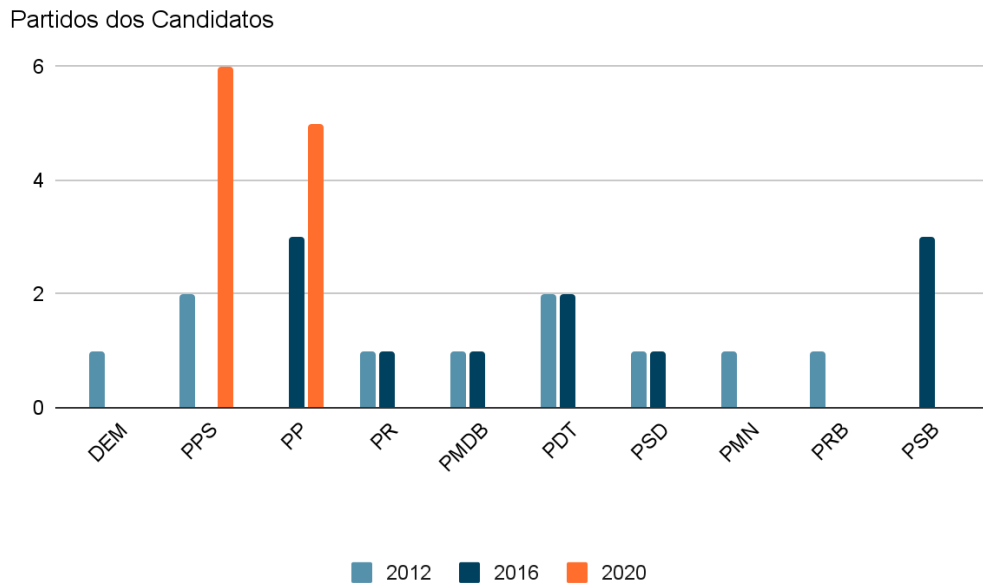


TABELA 1: Partidos dos candidatos a prefeitos eleitos e não eleitos e dos vereadores eleitos.¹⁰

Analisando os dados do gráfico acima, é possível notar que na eleição de 2012 os candidatos estavam dispersos em diferentes partidos, apenas o PPS (Partido Popular Socialista, atual CIDADANIA) e o PDT (Partido Democrático Trabalhista)¹¹ contavam com dois candidatos, em ambos os casos eram dois vereadores.

Já nas eleições de 2016 o partido que contava com o maior número de filiados era o PP (Partido Progressistas) e o PSB (Partido Socialista Brasileiro)¹² cada um deles com 3

¹⁰ Dados retirados do site:

https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleicao-resultados/home?p0_ano=2012&session=2549828425071 acessado em 19/07/2024 às 11:32.

¹¹ No ano de 2010, enquanto ainda era PPS, o partido CIDADANIA formou coligação com PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira) que tinha como candidato à presidência, José Serra. No âmbito estadual fez coligação com o candidato eleito a governador Ricardo Vieira Coutinho do PSB (Partido Socialista Brasileiro). Já o PDT formou coligação com a candidata Dilma Rousseff do PT (Partido dos Trabalhadores) e no âmbito estadual também fez coligação com o candidato do PSB, Ricardo Coutinho.

No ano de 2014, o PPS apoiou para presidência a candidata Marina Silva do PSB e para governador do estado da Paraíba apoiou o candidato a governador Cássio Cunha Lima do PSDB. O PDT por sua vez apoiou para presidência novamente Dilma Rousseff do PT e outra vez apoiou o candidato Ricardo Coutinho do PSB a governador da Paraíba. Dados retirados do site: <https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleicao-resultados/home> acessado em 17/03/2024 às 11:24.

¹² No ano de 2014 o PP apoiou para a presidência a então presidente Dilma Rousseff do PT e para o governo do estado da Paraíba Cássio Cunha Lima do PSDB. O PSB por sua vez apoiou para presidência a candidata Marina Silva e para governador da Paraíba tinha Ricardo Coutinho como candidato pelo próprio partido. No ano de 2018 o PP apoiou para presidência o candidato Geraldo Alckmin do PSDB e para governador da Paraíba apoiou o candidato Lucélio Cartaxo do PV (Partido Verde). Já o PSB não declarou apoio a nenhum candidato à presidência e tinha para o governo da Paraíba o candidato João Azevedo que era do próprio partido. Dados retirados do site <https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleicao-resultados/home> acessado em 17/03/2024 às 12:07.

candidatos filiados. O PP tendo o prefeito eleito e mais dois vereadores como filiados e o PSB com 3 vereadores. Neste ano diminui o número de partidos comparado ao ano de 2012, saindo de 8 para 6 partidos.

Por fim, nas eleições de 2020 acontece algo interessante, candidatos a prefeito e vereadores aliados filiam-se a um mesmo partido, assim o número de partidos durante as eleições, diminui para apenas dois, o CIDADANIA e o PP¹³. Analisando os partidos com maioria de filiados em todas as três eleições, percebe-se que apesar do partido CIDADANIA aparecer com maior número de filiados em 2020, ele empata com o PP na média de filiados. Pois ambos estiveram presentes apenas em duas das três eleições analisadas, ficando os dois partidos com 4 filiados em média por eleição.

1.2.3 Relação de Funcionários

Por se tratar de uma pesquisa voltada para História Política e a História Local, onde, como foi citado anteriormente, a população vive na maioria das vezes dependente da prefeitura, principalmente, quando se trata de empregos, conceitos como Coronelismo e Clientelismo serão abordados neste trabalho, pois na maioria das vezes essas vagas de emprego na prefeitura são utilizadas como moeda de troca/ chantagem. Votando no candidato você ganha/mantém o empregado pela prefeitura, não votando fica desempregado. Segundo dados retirado do site *SAGRES ONLINE* em Jericó no ano de 2023 até o mês de novembro mais de 50% dos funcionários da prefeitura se encaixam nas categorias *eletivo; comissionado; e contratação por excepcional interesse público* ou seja, funcionários contratados e que apoiam o prefeito.

A imagem abaixo mostra essa relação, indo de 0 a 60 por cento de funcionários, dos meses de janeiro a setembro de 2023, juntamente com a relação de funcionários eletivos, na cor amarela, comissionados, na cor laranja e contratação por excepcional interesse público, na cor vermelha. Há algumas variações nos primeiros meses do ano, se estabilizando a partir do mês de maio. A partir desse mês os eletivos encontram-se num percentual abaixo dos 5%, os comissionados num percentual um pouco acima dos 10% e em maior quantidade os funcionários de contratação por excepcional interesse público com um percentual de quase mais ou menos 40%.

¹³ No ano de 2018 o então PPS, atual CIDADANIA, apoiou para a presidência Geraldo Alckmin do PSDB e para o governo do estado da Paraíba, João Azevedo do PSB. Já no ano de 2022 o PPS (que nessa época já tem seu nome mudado para CIDADANIA) apoia para presidência a candidata Simone Tebet do MDB (Movimento Democrático Brasileiro) e para o governo da Paraíba Pedro Cunha Lima do PSDB. O PP no ano de 2022 apoia para presidência o então presidente Jair Bolsonaro do PL (Partido Liberal) e para o governo da Paraíba apoia João Azevedo do PSB. Dados retirados do site: <https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleicao-resultados/home> acessado em 17/03/2024 às 13:21.

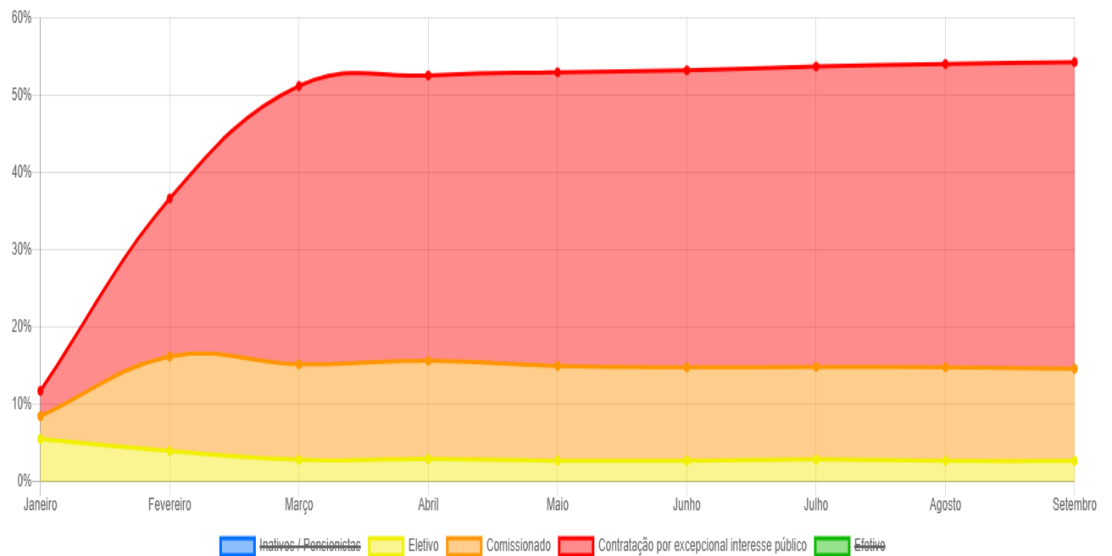


Figura 3: Relação de funcionários contratados pela prefeitura no ano de 2023 até o mês de setembro. Captura de tela das informações contidas no site *SAGRES ONLINE*.

Se incluídos o total de funcionários, incluindo os pensionistas, representados na cor azul, e os funcionários efetivos, representados na cor verde, na imagem abaixo, percebe-se que os pensionistas correspondiam a mais ou menos 1% até fevereiro, quando baixa para 0%. Os efetivos correspondem a mais ou menos 46% do corpo de funcionários, conforme mostra a imagem abaixo. Assim percebe-se que os funcionários contratados já são a maioria do corpo de funcionários municipais.

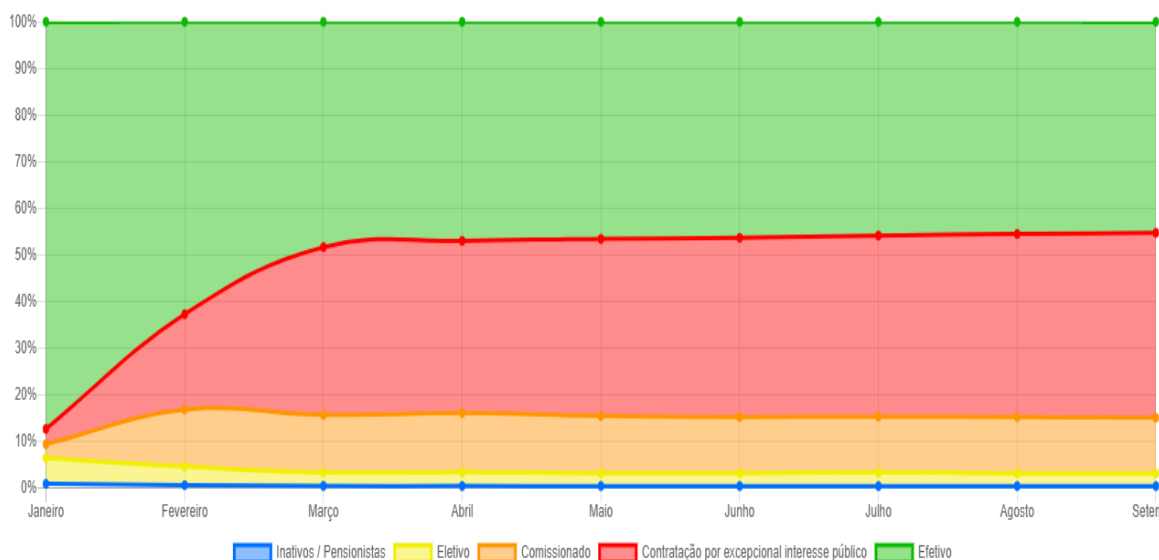


Figura 4: Relação total de funcionários pela prefeitura no ano de 2023 até o mês de setembro. Captura de tela das informações contidas no site *SAGRES ONLINE*.

Mas isso não é uma característica apenas da gestão atual, fazendo parte também das eleições anteriores e de outros locais, o que corrobora ainda mais a ideia de que o Paternalismo e Clientelismo estão presentes nos dias atuais mesmo após o fim do Coronelismo.

1.3 RELAÇÕES POLÍTICAS

De 2012 a 2020, houve como nas eleições anteriores, trocas de alianças entre os políticos, que “pulavam” de um lado para outro, seja para estar ao lado do grupo mais forte, seja para estar aliado ao grupo que comandava a prefeitura, ou por outras razões.

Para melhor compreensão das alianças políticas que existiam em 2012 e como ela foi mudando ao longo das eleições posteriores, optei por explicar aqui quais os candidatos das eleições de 2008, pois creio ser importante para entender o ambiente eleitoral do ano de 2012. Durante o período de 2008 ocorreu assim como em 2004 as campanhas políticas de Rinaldo de Oliveira Souza (PR) e Valdelânia Lopes Monteiro Oliveira (DEM) como oposição e assim como em 2004 Rinaldo foi o candidato eleito. Em 2012 Claudeeide de Oliveira Melo (DEM), na época marido de Valdelânia Lopes candidatou-se a prefeito e foi apoiado por Rinaldo de Oliveira, como oposição havia o candidato João Neto Alves de Oliveira (PPS), Claudeeide de Oliveira Melo foi o candidato eleito.

Já em 2016, Claudeeide de Oliveira Melo (PP) não tinha mais o apoio do ex-prefeito Rinaldo que agora apoiava José Wellington de Oliveira (PR)¹⁴ que também havia apoiado Claudeeide de Oliveira na eleição anterior, mas desfez a aliança, candidatou-se a prefeito tendo como vice-prefeito João Neto Alves, novamente Claudeeide de Oliveira ganhou as eleições. Em 2020 os candidatos foram Cícero Hallysson Cura Oliveira (PP) sobrinho de Claudeeide de Oliveira e Kadson Valberto Lopes Monteiro (CIDADANIA) que era aliado de Claudeeide de Oliveira e exercia o cargo de vereador há alguns anos, além de ser irmão de Valdelânia Lopes. Com o fim de sua aliança com Claudeeide de Oliveira, Kadson Monteiro aliou-se a João Neto Alves, novamente candidato a vice-prefeito. Kadson Monteiro foi o candidato eleito.

Em relação à câmara municipal de vereadores durante essas eleições, percebe-se que, à medida em que o candidato a prefeito perde as eleições, também perde vereadores. Ao analisar os vereadores eleitos nessas mesmas eleições, vê-se que, em 2012 o candidato João Neto Alves possuía 5 dos 9 vereadores eleitos naquele ano como seu aliado, enquanto que Claudeeide de Oliveira Melo possuía os outros 4. Na eleição seguinte, João Neto Alves e seu aliado José Wellington possuíam 4 dos vereadores eleitos, como seus aliados e Claudeeide de Oliveira os outros 5 vereadores. No ano de 2020 Claudeeide de Oliveira, juntamente com seu aliado Hallysson Oliveira possuía 5 dos vereadores eleitos e João Neto Alves e seu novo aliado Kadson Monteiro os outros 4 vereadores. Após essa última eleição em que Kadson Monteiro é o candidato eleito para prefeitura, até o momento em que a pesquisa está sendo feita, ou seja, o primeiro semestre do ano de 2024, o mesmo possui, até onde se pode afirmar, 5 vereadores que o apoiam.

No próximo capítulo será abordado o conceito de Clientelismo, pois como notado anteriormente, o corpo de funcionários de um município, com exceção dos concursados, será composto por apoiadores do prefeito e vereadores. Porém as práticas Clientelistas também ocorrem entre os próprios políticos, portanto, entender o Clientelismo serve também para entender as trocas de alianças entre os políticos, e conseqüentemente o aumento ou diminuição no número de vereadores aliados aos candidatos à prefeitura, como visto no parágrafo acima. No entanto, no contexto e local que essa pesquisa está inserida, tratar somente do Clientelismo não é o bastante, pois é entendido como sendo uma característica do Coronelismo. Sendo assim, o Coronelismo em seu aspecto geral será discutido no segundo capítulo.

¹⁴ O PR (Partido da República) atualmente é chamado de PL (Partido Liberal).

2 - JERICÓ E O CORONELISMO

2.1 CORONELISMO

Devido a temática tratar da história política da cidade de Jericó, o tema desta pesquisa adentra a área da História Política, mais especificamente a história política local. Para melhor discorrer sobre o assunto algumas questões precisam ser analisadas, como se trata de uma cidade pequena, no interior do Nordeste, o conceito de Coronelismo precisa ser debatido, pois frequentemente muitos autores que estudam o tema associam o Coronelismo ao Nordeste, por acreditarem que o que dá força ao Coronelismo é a falta de desenvolvimento local/regional e a região Nordeste é entendida como um local “atrasado”.

O conceito de Coronelismo é bastante diversificado, a depender do autor que o estuda, sua origem e seu declínio apresentarão localizações temporais diferentes e características que também vão diferir de um autor para outro. O primeiro autor a abordar o tema foi Victor Nunes Leal, em seu livro *Coronelismo, enxada e voto*, lançado pela primeira vez em 1948, após a chegada de Getúlio Vargas ao poder em 1930, época em que a chamada República dos Coronéis havia sido derrubada. Leal acreditava que o Coronelismo era, em sua essência, a tentativa dos coronéis, donos de terras em continuar no poder, pois, após o fim da escravidão, esses coronéis perderam parte de sua força e prestígio e encontram no meio político e na máquina estatal uma maneira de realçarem *status* social e o aumento de suas riquezas. Sendo assim, para Leal o coronelismo seria

(...) uma forma peculiar de manifestação do poder privado, ou seja, uma adaptação em virtude da qual os resíduos do nosso antigo e exorbitante poder privado têm conseguido coexistir com um regime político de extensa base representativa. (...) é sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, (...) e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras. Não é possível, pois, compreender o fenômeno sem referência à nossa estrutura agrária, que fornece a base de sustentação das manifestações de poder privado ainda tão visíveis no interior do Brasil (2012, p. 23).

Além disso, para Leal o Coronelismo teria mais força em cidades do interior predominantemente rurais e que se encontravam isoladas dos grandes centros urbanos, onde a população carente só tinha conhecimento desse meio de fazer política. Embora o autor acreditasse que o Coronelismo havia perdido grande parte de sua força após o fim da Primeira República, para ele, continuaria subsistindo enquanto não houvesse reforma agrária, pois, como visto na citação acima, o que daria forças a esse fenômeno seria a concentração de terras, que fazia com que agricultores pobres se sujeitassem às ordens desses coronéis detentores de terras para conseguirem plantar e conseguir seu sustento.

Outro fator importante para entender o poder do coronel é que ele possui *status* social e é bem visto pelas pessoas que o rodeiam, dessa forma lhe é confiada a resolução de conflitos e problemas alheios. Dessa resolução surgem os *votos de cabresto* quando seus aliados retribuem os favores prestados pelo coronel dando-lhes seus votos.

Outro aspectos de suma importância para compreender o fenômeno e como ele se sustenta é o apoio do governo do estado aos coronéis, o que garante a vitória desses a partir da concessão de capital para suas campanhas e apoio judicial sempre que necessário, além de garantir também que os desejos desses coronéis no que tange a administração municipal também sejam atendidas. Já que,

Sem o auxílio financeiro do Estado, dificilmente poderiam empreender as obras mais necessárias, como estradas, pontes, escolas, hospitais, água, esgotos e energia elétrica. Nenhum administrador municipal poderia manter por muito tempo a liderança sem realizar qualquer benefício para sua comuna (2012, p. 34).

Sendo assim, situação e oposição municipal possuem um interesse em comum: buscar o apoio do governo do estado com o objetivo de ganharem as eleições.

Além disso, ele apresenta algumas características acerca do funcionamento do Coronelismo, as principais seriam: o Mandonismo, o Paternalismo e o Clientelismo. O Mandonismo seria o autoritarismo do coronel sendo expressado através da perseguição a adversários políticos, sejam eles candidatos ou eleitores rivais.

O Paternalismo se caracterizaria como sendo o coronel associado à figura de pai, alguém bondoso que cuida dos mais carentes e os ajudam sempre que estes necessitam, gerando assim o sentimento de dívida por parte dessas pessoas para com os coronéis; pois o coronel faz pelo seus apoiadores (agricultores e demais trabalhadores) aquilo que o Estado não faz. Presta assistência.

E por fim o Clientelismo seria a troca de favores, privilegiar quem o apoiou na hora de conceder benefícios, seja na concessão de empregos ou em algum outro tipo de ajuda, esperando que assim o eleitor o apoie mais uma vez, posteriormente. Assim como o Paternalismo, o Clientelismo pode gerar o sentimento de dívida em que eleitor e coronel trocam favores para obterem ganhos futuros.

Ao observar essas três características do Coronelismo percebe-se que o Clientelismo ainda está presente nos dias de hoje, não só no âmbito municipal como no estadual e nacional, em que essas trocas de favores não ocorrem somente entre eleitores e políticos, mas entre os políticos de diferentes posições. Avelino Filho (1994, p. 231) diz que

“A solidez do clientelismo repousa na sua capacidade de oferecer perspectivas a seus clientes. De maneira que seus potenciais beneficiários não pretendam arriscar qualquer mudança que os possa prejudicar, trocando o certo pelo duvidoso”. Sendo assim, mesmo que esses políticos não concedam algum favor a seus eleitores de imediato, ele precisa passar o mínimo de segurança para essas pessoas que uma vez eleitos, irão utilizar do poder obtido para auxiliá-los.

Pase, Muller e Morais (2012), ao analisarem as relações clientelistas em três pequenas cidades do Rio Grande do Sul, separa o conceito de clientelismo em dois tipos: o Tradicional e o Institucional. O Tradicional seria “(...) uma relação desigual de fidelidade entre o cliente (...) e o político (...) para a promoção dos benefícios individuais” (p. 188), que seria a forma mais conhecida, já no clientelismo do tipo Institucional “(...) a estrutura decisória (...) representada pelo Estado (...) exerce o papel de patrão e de mediador ao mesmo tempo, buscando dar legalidade a sua forma de dominação”(p. 188) . Que já não seria mais uma relação entre políticos e pessoas, mas entre o Estado, que tenta concretizar sua força e pessoas.

Entretanto Droulers (1989), diferente de Pase, Muller e Morais, não considera que a prática Clientelista seja uma relação desigual, para ela nessa relação

O patrão fornece um emprego, e o cliente lhe trará a sua ajuda no momento das eleições ficando ainda à sua disposição. Não se trata, pois, de uma relação de exploração, nem mesmo de troca desigual, porque tanto o patrão quanto o cliente encontram, nessa relação, alguma vantagem e, assim, ela acaba sendo considerada legítima (p. 127).

Porém, é importante ressaltar que embora essa relação seja uma troca de favores entre políticos e eleitores, ao analisar o tema percebe-se que os eleitores possuem mais poder de barganha durante os anos de eleição, quando os candidatos, estão mais preocupados com a manutenção de sua posição política e está mais aberto a realizar as demandas dos eleitores. Já nos outros anos, o candidato já estando onde deseja, pode não realizar as exigências feitas pela população, pois pode não achar essas pessoas como necessárias para sua manutenção de poder, pelo menos não por um bom tempo.

Leal, buscando compreender melhor a relação do Estado com os coronéis, nos mostra que na época do Brasil Colônia esses coronéis frequentemente se rebelavam contra a Coroa para conseguirem aumentar seus privilégios sem serem repreendidos, isso ocorria por que

(...) como constituíam a vanguarda da Coroa na ocupação da terra nova, defendida pelo gentio belicoso e ameaçada por outras potências europeias, não era muito considerável a margem de conflito entre o poder privado da nobreza territorial e o poder público, encarnado no rei e em seus agentes (2012, p. 43)

Percebe-se, portanto, que a Coroa necessitava entregar essas concessões aos coronéis, pois dependiam deles para conseguirem manter sua soberania, no entanto durante a o período Imperial como já não possuíam forças para se rebelarem, optaram por se aliarem ao Estado que também precisava desses coronéis, sendo assim, surge uma nova aliança entre Estado e coronel, a partir das novas necessidades dos mesmos.

Antes da instituição da Guarda Nacional e até que esta se organizasse, a lei de 6 de junho de 1831 havia criado milícias municipais e dado outras providências, com o objetivo — diz o visconde do Uruguai — de manter a segurança pública e castigar os culpados em crimes de polícia, pois “acabava de ter lugar a revolução de 7 de Abril e a anarquia começava a levantar o colo”. A Guarda Nacional viera, portanto, substituir “os extintos corpos de milícias dos guardas municipais e ordenanças” (2012, p. 107)

Do mesmo modo, durante a Primeira República o poder público firmou um novo compromisso com esses coronéis, a partir do surgimento de uma nova necessidade.

A superposição do regime representativo, em base ampla, a essa inadequada estrutura econômica e social, havendo incorporado à cidadania ativa um volumoso contingente de eleitores incapacitados para o consciente desempenho de sua missão política, vinculou os detentores do poder público, em larga medida, aos condutores daquele rebanho eleitoral. Eis aí a debilidade particular do poder constituído, que o levou a compor-se com o remanescente poder privado dos donos de terras no peculiar compromisso do “coronelismo”. Despejando seus votos nos candidatos governistas nas eleições estaduais e federais, os dirigentes políticos do interior fazem-se credores de especial recompensa, que consiste em ficarem com as mãos livres para consolidarem sua dominação no município. Essa função eleitoral do “coronelismo” é tão importante que sem ela dificilmente se poderia compreender o *do ut des* que anima todo o sistema. O regime federativo também contribuiu, relevantemente, para a produção do fenômeno: ao tornar inteiramente eletivo o governo dos Estados, permitiu a montagem, nas antigas províncias, de sólidas máquinas eleitorais; essas máquinas eleitorais estáveis, que determinaram a instituição da “política dos governadores”, repousavam justamente no compromisso “coronelista” (2012,p.123).

Na época colonial um dos meios que os coronéis utilizavam para se rebelarem contra a coroa era a partir das câmaras municipais nas quais eles também estavam inseridos. As câmaras, diferente das prefeituras, estão presentes na administração municipal desde do período colonial, assim como sua eletividade. Na época não havia separação entre os três

poderes, portanto exerciam funções de qualquer natureza, seja administrativa, policial ou judiciária, o que concentrava ainda mais o poder nas mãos desses chefes locais.

Já na época imperial, buscando retirar essa concentração de poderes das mãos dos chefes locais, pelo diploma de 1828, as câmaras municipais passaram a ser tuteladas no intuito de que fosse comprovado que suas funções estavam sendo exercidas, mas a sua eletividade foi mantida. A partir daí começou o processo de fiscalização da pouca autonomia municipal. No entanto, com a abdicação de D. Pedro I esses senhores de terra retomam seu poder, pois a responsabilidade de unificação e estabilidade do país fica entregue a eles.

Leal defende que mesmo que a diminuição da autonomia municipal tenha se iniciado com o intuito de diminuir os poderes dos coronéis, vai se apresentar como um problema, pois esses coronéis encontram novas formas de se manterem no poder, além de que essa falta de autonomia impede os municípios de se desenvolverem.

Do mesmo modo, o governo provisório de 1930, a constituição de 1934, a de 1937 e 1946 vão desenvolver medidas que ou retiram a pouca autonomia municipal ou desenvolve novas formas de *tutelagem* para observar a administração municipal. Leal também afirma que essa falta de autonomia dos municípios acontece porque gera a concentração de poder nas mãos dos governos dos estados, portanto Estado e Federação buscam esse meio não apenas para diminuir a influência dos coronéis mas também para eles mesmos se consolidarem no poder.

Outra forma de combate às práticas coronelistas foi a nomeação dos prefeitos, quando havia um, ao invés da eletividade, de toda forma Leal defende que esta tática usada por alguns estados no regime de 1891 e durante o Estado Novo serve somente para impedir o desenvolvimento dos municípios, já que o coronelismo em si apenas perde sua força não se extingue por completo, pois, para Leal “ (...) a seiva que o alimenta é a estrutura agrária do país.” (2012, pág. 74)

Para o autor, de nada adiantou essa política centralizadora tendo como intuito acabar com o poder dos coronéis, pois o que fez foi gerar oligarquias locais e estaduais que por sua vez gerou a política dos governadores que seria o compromisso estabelecido entre os governos estaduais e federal

(...) os nossos juristas-idealistas, que pretendiam limitar o poder dos municípios para impedir as oligarquias locais, acabaram dando aos governadores os meios de que se serviram eles para montar, em seu proveito, essas mesmas oligarquias locais, fundando, assim, as oligarquias estaduais que davam lugar, por sua vez, a esta outra forma de entendimento — entre os

Estados e a União, que se conhece em nossa história por “política dos governadores” (2012, p. 59)

O autor afirma que mesmo que nessa época não houvesse autonomia *legal*, havia a autonomia *extralegal* concedida pelo governo do estado aos seus políticos aliados.

É justamente nessa autonomia extralegal que consiste a carta branca que o governo estadual outorga aos correligionários locais, em cumprimento da sua prestação no compromisso típico do “coronelismo”. É ainda em virtude dessa carta branca que as autoridades estaduais dão o seu concurso ou fecham os olhos a quase todos os atos do chefe local governista (2012, p.37).

O que fortalece ainda mais o coronelismo, já que para que o município se desenvolva é necessário que haja o apoio do governo estadual

Se ocorre estar no governo municipal uma corrente política desvinculada da situação estadual(...) Terá, portanto, de se mover estritamente dentro dos mirrados quadros de sua autonomia legal, que só tem disposto de uma receita pública insuficiente para atender aos encargos locais mais elementares. Além disso, as atribuições privativas do Estado referentes ao município (especialmente nomeações) passarão a ser exercidas não de acordo com o governo municipal oposicionista, mas segundo as indicações da oposição municipal governista (2012, p.37)

A partir da Constituição de 1988 os municípios passaram a ter mais autonomia, sendo considerados entes federados. Kerbauy (2007) conta que a descentralização foi usada como forma de tornar a federação brasileira um Estado mais democrático. Nesse sentido,

Os municípios dotados de efetivo poder poderiam representar um incentivo à participação política enquanto corretivo à democracia participativa. A participação da sociedade civil nos negócios públicos minimizariam o patrimonialismo e a privatização da política (2007, p. 55)

Para Resende (2008) o município autônomo é uma característica singular da federação brasileira. Um dos meios principais que eles puderam exercer sua autonomia foi através da Lei Orgânica que dá aos municípios o direito de se auto organizarem. Para o autor

De todos os atos legislativos editados pela comunidade local, não há dúvida de que a Lei Orgânica é o mais importante, uma vez que deve estabelecer as diretrizes básicas da organização política do Município e os princípios retores da Administração Pública local” (2008, p.09).

Entretanto é necessário ter em mente que apesar dessa liberdade que os municípios passaram a possuir precisam respeitar os fundamentos da República, assim como o limite dos valores dos tributos.

Outro aspecto importante é que a autonomia dos municípios nos dias atuais não é a mesma da prescrita na Constituição de 1988, como mostra Santos (2011)

O federalismo em vigor é muito diferente daquele pactuado pelos constituintes de 1988. O município segue sendo ente federativo, mas a autonomia conquistada vem sendo limitada por reformas constitucionais que afetam a capacidade dos governos municipais de protagonizar políticas públicas (2011, p. 214).

E continua

As emendas constitucionais que tiveram impacto sobre a autonomia municipal podem ser distribuídas entre quatro tipos: i) alteram o sistema tributário; ii) diminuem as transferências aos municípios; iii) criam políticas sociais com participação dos municípios no seu financiamento, e iv) afetam a autonomia política municipal (2011, p.215).

Essa recentralização foi gerada pela ideia de que a descentralização faz a esfera federal perder receitas e que os municípios não possuem capacidade técnica para assumir novas responsabilidades. Ademais, muitas das medidas que afetaram a autonomia do município são, como nas constituições anteriores, uma forma de combater o fortalecimento dos governos locais.

Eduardo Martins de Lima e Jorge Heleno Costa em seu artigo “*Autonomia municipal: uma análise contemporânea*”(2019) ao analisar se os municípios realmente possuem autonomia plena representada na constituição ou se possui apenas um *status* constitucional conclui que “(...) passados quase trinta anos da promulgação da Constituição da República a autonomia municipal ainda não é plena.” (pág.124). Segundo o autor isso ocorre porque os municípios possuem limitações que o impedem de exercer completamente sua autonomia uma delas é a receita escassa

(...) a União, uma vez que concentra a maior parcela da arrecadação tributária em seu poder, controla o sistema administrativo de tal forma que impede que os Municípios, sobretudo os de menor porte, possam alcançar a efetivação daquela intenção do constituinte exarada no art. 18, da Constituição da República (p. 122).

Esse controle por parte da União, talvez se dê novamente como uma forma de impedir que essas receitas sejam mal usadas pelos políticos locais, mas impede que o governo

municipal invista em seu desenvolvimento. Porém, como pudemos ver na obra de Leal (2012), essa escassez de recursos não enfraquece as oligarquias locais, apenas impede que os municípios se desenvolvam, já que essas oligarquias encontram outras formas de se fortalecerem e de obterem recursos de maneira *extralegal*.

Maria Lucinete Fortunato, em seu livro *O conceito de coronelismo e a imagem do coronel: de símbolo a simulacro do poder local* (2008, p.110), ao comentar sobre o fato dos estudos sobre o coronelismo começarem após o fim da Primeira República conhecida por ter sido comandada pelos coronéis e suas oligarquias locais e estaduais conclui que “(...) o conceito de coronelismo foi inventado depois de 1930 para dar validade a práticas de dominação que pareciam decadentes, quer seja com o objetivo de perpetuá-las ou de criticá-las.” Ou seja, o objetivo era a partir desses discursos mostrar o coronelismo como acontecimento do passado, que foi derrubado quando Vargas chega ao poder em 1930 trazendo modernidade e desenvolvimento ao país, continuando existindo apenas onde esse desenvolvimento ainda não havia chegado. Porém, antes mesmo de ser abordado na academia, políticos opositores daqueles que estavam no poder na Primeira República já falavam em coronéis dominando a política local, como uma forma de criticar a forma de administração política da época. Assim Fortunato nos diz que

Nesses discursos, o passado é memorizado, pois, como *domínio das oligarquias*, e se define pela ausência de um Estado forte que constitua no país uma verdadeira Nação. Por isso, é preciso que a pátria seja despertada para essa necessidade. Dessa forma os, os “vencedores” da chamada Revolução de 1930, construíram, para si, uma imagem apoiada no fato de que seriam o contraponto das oligarquias e dos coronéis, considerados o “cancro” do sistema representativo até então desenvolvido pelo Regime Republicano instaurado em 1889 (Fortunato, 2008, p. 87).

O conceito é então posteriormente debatido, quando até mesmo o governo de Vargas passa a ser questionado, como uma forma de entender o passado e também descobrir a melhor maneira de governar o país de maneira liberal, com um Estado não autoritário, não centralizado, sem fazer com que com isso possibilite o fortalecimento das oligarquias locais.

(...) a ênfase dada, nesse momento, ao conceito de coronelismo como uma temática que deve ser trabalhada de forma mais aprofundada, ou “sistemática”, parte exatamente da seguinte questão: Como será possível o Estado reassumir um papel “liberal” sem se retornar ao mando dos “coronéis”? Ou seja, que mudanças precisariam ser efetuadas para que esse “Estado” passasse por uma “redemocratização” sem que houvesse um retorno ao fortalecimento do “poder privado”, uma vez que na proposta de construção do Estado Autoritário, no momento considerada inviável, a

temática do “liberalismo” remetia exatamente às “práticas coronelísticas”? (...) Em outros termos, nesse momento, se torna imprescindível, a necessidade de diferenciar a “democracia” e o “liberalismo” do “coronelismo” (Fortunato, 2008, p. 94-95)

A autora ainda defende que o conceito de Coronelismo mesmo possuindo divergências entre os teóricos, sobre sua origem e seu declínio, sempre é visto como disputa de poder entre a Elite e o Estado, deixando de lado outros agentes que também têm importância, como por exemplo os trabalhadores rurais, pois, se os coronéis são donos de terras e que usam dessa terra como um dos meios de fazer com que os agricultores votem em seus políticos, então são os trabalhadores rurais que possibilitam ao coronel estar no poder, ao voltarem em seus políticos aliados, porém sempre que é discutido o conceito de Coronelismo, esses trabalhadores são deixados de lado e mostrados apenas como seres subjugados aos coronéis, sem poder decisório nenhum.

Além disso, ela também critica o fato deste conceito estar em constante transformação, fazendo com que a região Nordeste continue sendo vista como um local dominado pelos coronéis, mesmo com as mudanças políticas que ocorreram ao longo dos anos, sendo assim, para ela o conceito de Coronelismo continua se atualizando para mostrar a região Nordeste como local que não se desenvolveu com o tempo.

No decorrer do seu trabalho Fortunato apresenta diversos autores com diferentes teorias sobre o que seria o coronelismo, como se originou e o que fez entrar em declínio. Sobre a origem do coronelismo Faoro (2001) acredita que apesar do coronelismo ter ganhado legitimação na República é um fenômeno que existe desde o Império

O coronel recebe seu nome da Guarda Nacional, cujo chefe, do regimento municipal, investia-se daquele posto, devendo a nomeação recair sobre pessoa socialmente qualificada, em regra detentora de riqueza, à medida que se acentua o teor de classe da sociedade (2001, pág. 736).

E continua

A passagem do regime imperial ao republicano irá acentuar e exacerbar a função eleitoral do coronel. Tirar-lhe-á as albardas centrais, não para autonomizá-lo, mas para entregá-lo aos poderes estaduais (2001, p. 737).

Faoro não concorda com a teoria de Leal em relação aos coronéis serem todos donos de terras, basta apenas ser líder econômico para conseguir ser um líder político, segundo o autor,

O vínculo não obedece a linhas tão simples, que se traduziriam no mero prolongamento do poder privado na ordem pública. Segundo esse esquema, o homem rico - o rico por excelência, na sociedade agrária, o fazendeiro, dono de terra- exerce poder político, num mecanismo onde o governo será o reflexo do patrimônio pessoal. Mais um passo lógico: o coronel, economicamente autônomo, formará o primeiro degrau da estrutura política, projetada de baixo para cima. Se a riqueza é substancial à construção da pirâmide, não é fator necessário, o que significa que pode haver coronéis remediados, não senhores de terras, embora seja impossível a corporificação no pobre ou no dependente, destituível de sua posição a arbítrio alheio. Ocorre que o coronel não manda porque tem riqueza, mas manda porque se lhe reconhece esse poder, num pacto não escrito (2001, p. 737).

Janotti (1989, apud Fortunato, 2008, p. 20) também defende que o Coronelismo ganhou força durante o Império, quando o Estado não conseguia por si só manter a ordem escravocrata e identidade nacional e usava a Guarda Nacional composta por esses coronéis para tal, pois esses coronéis possuíam autoridade e *status* social perante os locais.

Para Bursztyn (1985) o Coronelismo nasce e se desenvolve na época da colônia, quando a Coroa transfere para os senhores de terras certos poderes do Estado em troca do reconhecimento desses. Segundo Bursztyn isso ocorreu porque,

(...) Portugal não contava nem com recursos humanos nem com meios financeiros para ocupar efetivamente a posição de controle de uma terra tão vasta. Mesmo contando com uma estrutura política teoricamente rígida- totalmente inspirada no modelo português- sua implantação teve que passar pela adaptação às particularidades da colônia, (...) Se compararmos a dimensão e a densidade de ocupação, tanto populacional como econômica, de Portugal com as do Brasil, podemos compreender bem que a transposição pura e simples de um modelo de administração pública de um país ao outro estava condenada a ineficácia. As autoridades portuguesas tiveram que fazer face a uma série de compromissos com os grandes senhores de terras, apesar do sistema político extremamente centralizador da administração “fiscalista” da metrópole (1985, p. 19).

Assim como Bursztyn, Pang (1979) acredita que a raiz do Coronelismo se encontra no período colonial, para ele o termo de coronel não advém do título da Guarda Nacional, mas sim de “ (...) um posto militar originado nas milícias coloniais do fim do século XVIII” (pág.19), porém atingiu seu auge durante os anos de 1850 a 1950, quando o Brasil se encontrava em um período de transição de sociedade rural e agrária para um sociedade industrial. Durante esse período de transição havia interesses conflitantes e o coronelismo surge “(...) para comandar a política local e regional, e frequentemente para funcionar como estado informal no sertão” (pág. 21).

Já em relação aos fundamentos e características do Coronelismo, dentre os vários autores apresentados pela autora, há entre eles Leal (2012) que defende que

A essência (...) do compromisso “coronelistas” (...) consiste no seguinte: da parte dos chefes locais, incondicional apoio aos candidatos do oficialismo nas eleições estaduais e federais; da parte da situação estadual, carta branca ao chefe local governista (de preferência o líder da facção local majoritária) em todos os assuntos relativos ao município, inclusive na nomeação de funcionários estaduais do lugar (Leal, 2012, p. 36).

Portanto, para Leal a principal característica do Coronelismo seria a troca de favores entre governo local aliado e governos estaduais, com ambos os lados possuindo obrigações com o outro, cujo intuito principal é se manterem no poder. Porém a base desse sistema de reciprocidade seria o coronel que é o detentor dos *votos de cabresto*.

Do mesmo modo, Faoro defende que os coronéis buscam alianças com as oligarquias federais, havendo troca recíprocas de favores. Porém

O comando do sistema caberá ao governador, isto é, ao grupo estadual por ele representado, intermediário dos favores e benefícios da União sobre as comunas. Entre o governador e o coronel a relação é de obediência, autoritariamente garantida pela milícia estadual e pelos instrumentos financeiros e econômicos que partem daquele. Obediência não significa, todavia, passividade, dada a relativa autonomia econômica da fazenda, menos dependente, no período que vai do fim do Império até 1920, dos vínculos creditícios de outrora. Isso não quer dizer que o coronel seja sempre um fazendeiro, nem que essa qualidade seja essencial ao seu domínio (2001, p.. 746).

Já para Carone o termômetro do poder do coronel é o voto, pois, “ É através deste que ele mantém seu prestígio e pressiona para obter favores necessários para continuar a dominar internamente” (1978, pág. 254). Ou seja, vai ser principalmente através do número de eleitores que o coronel possui que ele vai conseguir ganhar apoio do governo do estado, para expandir seu poder e realizar as ações necessárias no município e manter o apoio dos aliados. Outra característica do Coronelismo seria a criação de forças armadas pelos coronéis para lutarem contra outros coronéis e/ou governos adversários no intuito de continuarem se afirmando no poder.

Dantas (2019) afirma que o fenômeno do Coronelismo sendo resumidamente explicado, seria a representação dos trabalhadores rurais por parte desses coronéis perante o Estado, com o intuito de conservarem o prestígio e poder que lhes restam. Porém, ele afirma que a medida que ocorre mudanças na relação dos coronéis com o Estado, as características que definem o fenômeno sofrem mutações. Nas palavras do autor

Essa forma de generalizá-la não deve, no entanto, ofuscar suas mutações: fases sucessivas marcadas tanto por elementos constantes como por traços mutáveis nas suas relações com o Estado. Ou seja, na medida em que o coronelismo molda-se aos seus interesses, vai também adaptando-se às suas transformações (2019. p. 24).

No que diz respeito ao declínio do Coronelismo, entre os autores apresentados por Fortunato está Pang (1979), para o autor o Coronelismo não havia desaparecido por completo, mas caminhava para o fim, pois o coronel já não tinha mais o mesmo poder de outrora, porém na visão do autor o Coronelismo só desapareceria completamente quando houvesse o aumento do desenvolvimento e da modernização do país que adentraria os interiores fazendo com que novas elites surgissem e tomassem o lugar das velhas oligarquias. Mas é importante ressaltar que sua obra foi publicada no ano de 1979 e no decorrer dos anos houve um aumento na modernização e desenvolvimento do Brasil, resta agora saber se foi o suficiente para por fim de vez aos coronéis.

Diferente de Pang, Andrade (1985) acredita na figura de um *neo-coronel*, para a autora

O novo coronel é um misto de moderno empresário e de coronel. Como empresário modernizou-se ou soube fazer uso dos instrumentos creditícios e financeiros oferecidos pelo governo. Conservou porém velhos traços do antigo coronel no que se refere às suas práticas políticas (...) O neo-coronel é uma espécie política resistente, porque depurada. Usufrui não raramente de uma velha tradição política familiar e, através de uma bem montada rede de composições políticas, elege representantes de seus interesses no nível municipal, estadual e federal (Andrade, 1985, p. 16-17 *apud* Fortunato, 2008, p.58)

Assim, na visão da autora, o que ocorreu não foi um declínio ou fim do Coronelismo, e sim uma nova forma de Coronelismo, onde o coronel adquiriu características modernas mas também manteve certos aspectos do passado, percebe-se então por essa perspectiva o Coronelismo como fenômeno que adquiriu novas roupagens mas não se extinguiu.

Para tratar as questões apresentadas e observar as relações de poder, a perspectiva foucaultiana pode servir como instrumento para análise, mais especificamente a obra *Microfísica do Poder* do ano 2000, mas não será desenvolvida neste trabalho, e sim em momentos futuros. Pois, Michel Foucault compreende o poder como sendo algo além dos limites do Estado, é visto como um “corpo” que se subdivide entre as várias camadas da sociedade.

Há investimentos de desejo que modelam o poder e o difundem, e que fazem com que o poder exista tanto ao nível da tira quanto do primeiro ministro e que não haja diferença de natureza entre o poder que exerce um reles tira e o poder que exerce um ministro. E a natureza dos investimentos de desejo em relação a um corpo social que explica porque partidos ou sindicatos, que teriam ou deveriam ter investimentos revolucionários em nome dos interesses de classe, podem ter investimentos reformistas ou perfeitamente reacionários ao nível do desejo (Foucault, 2000, p.44).

Sendo assim, ao observarmos as relações de poder na política local da cidade em questão, observamos o poder como algo que não se encontra simplesmente nas mãos dos políticos e da elite local, mas de toda população que se utilizam dos meios disponíveis para resistir ou adaptar-se aos meios de vida que se encontram, cada um exerce algum tipo de poder, de acordo com os meios que possuem, um exemplo disso é o Clientelismo, já que os eleitores utilizam do voto como moeda de troca para receber favores e principalmente empregos dos candidatos.

Tendo isso em mente, e levando em consideração as discussões levantadas sobre o Coronelismo, o próximo capítulo abordará as questões políticas no âmbito local, no município de Jericó, Paraíba. Este estudo será fundamentado no histórico das gestões administrativas desde a emancipação do município, conforme documentado no último capítulo da obra *Viajando pela história de Jericó*, de autoria de Claudizon de Sousa Galvão. A investigação visa oferecer uma compreensão mais profunda do modus operandi local, e seus impactos na política municipal. Após essa análise histórica, o capítulo explorará a perspectiva dos entrevistados sobre a política no município, proporcionando uma visão contemporânea das dinâmicas políticas locais e de como estas são percebidas pela comunidade.

3 - JERICÓ CONTEMPORÂNEO: mudanças e semelhanças com o passado

O método utilizado para realizar a pesquisa será a história oral que deverá ser utilizada como fonte principal, pois será a partir de entrevistas com alguns moradores acerca da política local que saberemos como essas pessoas interagem na política do município e com os próprios políticos, quais aspectos a população entende como sendo parte da política e em que parte eles se sentem inseridos, os grupos de pessoas escolhidos para as entrevistas foram pessoas empregadas na prefeitura por contrato e outro empregado por meio do concurso público municipal. A análise do discurso servirá para interpretar as falas dessas pessoas.

Como fontes, para esse trabalho, foi utilizado o livro *Viajando pela história de Jericó*, de Claudizon de Sousa Galvão, que aborda a história política da cidade até o ano de sua publicação em 2006 e encontra-se disponível para download no site da prefeitura e entrevistas com a população que vivenciou as campanhas políticas de 2012 a 2020.

No objetivo de obter uma maior organização, primeiramente será analisado o último capítulo do livro *Viajando pela história de Jericó*, de Claudizon de Sousa Galvão, que é o capítulo que aborda a história política do município até o ano de 2006 quando foi publicado, ao analisar esse capítulo buscaremos compreender qual discurso/imagem o autor quer passar para o leitor.

Por último serão realizadas as entrevistas com a população local, que serão realizadas no intuito de obter informações sobre a política local, recorrendo, principalmente, a memória; buscar conhecer os acontecimentos mais marcantes para cada entrevistado; saber suas opiniões a respeito da política local; saber como esses entrevistados se sentem em relação à política local e em que posições se encontram dentro dela. Ao final de todas as entrevistas serão realizadas as transcrições necessárias.

3.1 VIAJANDO PELA HISTÓRIA DE JERICÓ: trajetória política

No último capítulo denominado *Trajétoria política* o autor aborda as administrações que o território teve ao longo dos anos, incluindo a época em que pertencia aos municípios de Pombal e Catolé do Rocha, porém, neste trabalho só nos será útil as administrações que o território passou a ter quando foi emancipado e serão essas a serem analisadas.

Como dito no primeiro capítulo, após a emancipação o município, assim como muitos outros quando são emancipados, continuou sofrendo influência do grupo político que estava no poder em seu município de origem. No caso de Jericó, esse grupo era a família Maia, que nesse local seus descendentes mudaram de sobrenome, como informado por

Galvão (2006, pág. 178) “Em Jericó a linhagem “Maia” mudou de sobrenome, adotando a denominação de “Rosado de Oliveira” para os descendentes daquela eminente estirpe.”

O autor ao citar sobre a família comenta o seguinte,

Desde os primeiros dias, importantes nomes da descendência catoleense tem se destacado e se apresentado para a imortalidade, como verdadeiros líderes de um povo, nos cenários das grandes lutas locais, regionais e nacionais, assinalando assim os seus testemunhos de bravura e amor pátrio, nos mais memoráveis momentos da história (Galvão, 2006, p. 178).

Ao analisarmos essa citação percebemos que o autor aparenta tentar passar uma imagem em relação a esses políticos da família Maia. A imagem de detentores de atos grandiosos, quase heróicos, em prol do bem da população.

No decorrer do capítulo, o autor apresenta nomes importantes para a História local na época em que Jericó ainda era vila e posteriormente distrito de Catolé do Rocha, além dos nomes dos governantes que Pombal e Catolé do Rocha (locais aos quais o município pertenceu) tiveram até a emancipação de Jericó. A partir da emancipação Galvão cita os prefeitos, vice-prefeitos e vereadores que a cidade passou a ter; quem ocupava a presidência da câmara e os feitos e desfeitos em cada mandato.

Durante a primeira gestão administrativa (30/11/59 a 29/11/63), Galvão cita as obras iniciadas pelo então prefeito Lauro Paixão para que a nova cidade passasse a ter estrutura, tais como construção de escola, linhas telefônicas, obtenção de transporte e etc, nenhum comentário em específico chamou a atenção. O mesmo ocorreu durante a segunda gestão (30/11/63 a 31/01/69), como o cargo do executivo sendo ocupado por Raimundo Nobre, ele também cita as obras realizadas, como forma de mostrar os feitos desses políticos, o quanto foram "fiéis" ao cargo. Pra mostrar trabalho feito. “Nenhum administrador municipal poderia manter por muito tempo a liderança sem realizar qualquer benefício para sua comuna.” (Leal, 2012, pág. 34) Portanto, o autor descreve os benefícios trazidos pelos prefeitos durante todas as gestões descritas.

Já durante a terceira gestão (31/01/69 a 30/01/73), ele apresenta a figura de Lauro Paixão como alguém magoado com as ações de alguns colegas políticos, mágoa essa grande o suficiente para deixar a política naquele local. O motivo que levou a essa mágoa foi que

Na reunião ordinária de março/73 o legislativo pediu apreciação da documentação referente às despesas do último mês de mandato de Lauro

Paixão (Jan./73), constatando que o ex-prefeito havia estourado toda a dotação orçamentária daquele ano (primeiro da gestão em curso), no setor de estradas, inclusive a suplementação de 25%. Julgando que os recibos de tais despesas fossem facciosos, uma vez que era do conhecimento de todos daquela egrégia casa que as estradas apontadas como restauradas ou construídas naquele mês não haviam recebido reforma alguma, o legislativo rejeita a prestação de contas que, encaminhada ao Tribunal de Contas do Estado, culminou com a restituição dos valores reclamados (Galvão, 2006, p.197).

Sendo assim, mesmo apresentando a figura de Lauro Paixão como alguém “(...) dotado de grande carisma e uma inequívoca respeitabilidade junto ao seu ativo eleitorado (...)” (Galvão, 2006,197) deixa claro os motivos de suas mágoas.

Durante a quarta gestão (31/01/73 a 30/01/77) aparece um novo político que inicia sua carreira como prefeito e novamente tem sua figura enaltecida, nas palavras do próprio autor

Apesar do pouco conhecimento político-administrativo, Edésio Almeida foi o que melhor usou o erário público em benefício do povo e quem melhor deu ouvido aos seus clamores, dando-lhes total atenção. Por ser um homem humilde, até então dedicado exclusivamente à família e às atividades rurícolas e por tanto, desprovido das ambições próprias dos caminhos da política e do poder, foi um exemplo em dignidade e honestidade para a nossa história (Galvão, 2006, p.199).

É interessante notar que o autor descreve o político como alguém do campo e humilde, porém, como vimos no capítulo anterior, sabemos que para que se consiga ganhar uma eleição é necessário possuir crédito, tanto financeiro quanto social e assim conseguir angariar votos, portanto mesmo que Edesio Almeida não tivesse os mesmos recursos que os que os demais políticos, ainda sim possuía o suficiente para ganhar um eleição. Porém é importante lembrar que o nome Edésio Almeida aparece apenas nessa gestão, não sendo possível saber os motivos que o levaram a sair do meio político.

Partindo então para quinta gestão (31/01/73 a 30/01/77), há um novo político ocupando o cargo de prefeito, o candidato Lauro Rosado. E como nas outras vezes, a figura do prefeito é enaltecida pelo autor tal qual sua primeira dama, a quem Galvão referencía sendo “ (...) como uma mãe para o povo pobre de Jericó”(2006,pág.201).

Na sexta gestão (31/01/83 a 30/01/89) começam a ocorrer problemas com o atraso no pagamento dos funcionários da prefeitura, porém o autor defende que isso ocorreu devido ao número alto de funcionários, a inflação que o país sofria na época e as secas ocorridas nos

anos de 1983 e 1988. Do mesmo modo a figura do prefeito Damião Melo (Dão) é enaltecida, sendo ele “(...) o prefeito, reconhecido por ser caridoso e bom distribuidor de esmolas(...)” (Galvão,2006,pág.202), não sendo dado a ele e os vereadores quase nenhuma responsabilidade pelos problemas financeiros da prefeitura.

Na sétima gestão administrativa (31/01/89 a 31/12/92) quem assume o cargo de prefeito é Adonay Vieira. O autor o define como alguém que trazia novas ideias para a administração e que possuía o apoio da câmara municipal para tal. Segundo Galvão “Os dois primeiros anos da administração de Adonay são fecundos, mas nos dois últimos o quadro não se repete.”(Galvão,2000.pág.204) pois deixa de realizar diversas tarefas essenciais para o município ao ausentar-se da prefeitura, mesmo assim, ao fim do seu mandato, doa alguns bens do município para associações comunitárias, muito provavelmente como forma de melhorar sua imagem.

Partindo para a oitava gestão (01/01/93 a 31/12/96), Damião Melo (Dão) retorna ao posto de prefeito que novamente adentra a prefeitura com a região sofrendo com uma seca. Nessa sua gestão autoriza o desmembramento da câmara do executivo. Nessa gestão devido a problemas com as finanças do município que causaram dívidas e obtenção de empréstimos, “(...) o chefe do executivo, para salvar o seu nome de homem honesto que sempre foi, é obrigado a desfazer-se de tudo que havia amealhado ao longo de sua vida.” (Galvão, 2006,pág.206) não deixando claro ao leitor o que ele teve que abrir mão.

A partir da nona gestão (01/01/97 a 31/12/2000) e da décima gestão (01/01/2001 a 31/12/2004), quem assume o cargo de prefeito é o ex-vereador José Oliveira (Zé Leopoldo) a quem o autor define como alguém com diversos ideais de governo e que soube tomar medidas que trouxeram frutos para o município e conseqüentemente muita credibilidade para sua imagem, trazendo inclusive reconhecimento nacional para o mesmo.

Já durante a décima primeira gestão (01/01/2005 a 31/12/2008), quem assume o cargo no executivo é Rinaldo Oliveira, sobrinho de Zé Leopoldo. E o autor mostra-o como sendo um político empenhado, dedicando-se a várias viagens para conseguir arrecadar fundos para o município.

Como o livro foi escrito em 2006 não apresenta as gestões posteriores, mas a partir da leitura dessas gestões, vemos que o autor possui uma abordagem positivista, ao sempre se referir aos políticos de forma heróica e tentar trazer à sua escrita os grandes feitos desses homens. Além disso, nesse capítulo pouco foi falado sobre a população no geral, sendo mostrado apenas a questão dos salários defasados dos contratados, mas sem aprofundamento.

E é sobre isso que será abordado de agora em diante neste capítulo com as entrevistas, será examinado como os funcionários contratados são tratados a partir de diferentes gestões.

3.2 ANÁLISE DAS PERCEPÇÕES POLÍTICAS

As entrevistas ocorreram no período de junho de 2024, sendo realizadas com três pessoas devido ao curto período que havia para conclusão desse trabalho. Para adquirir diferentes visões sobre os funcionários do município foram escolhidas duas pessoas que estão na situação de contratadas e uma pessoa na situação de concursada. Foram realizadas 8 perguntas para os entrevistados sendo que 5 dessas perguntas eram sobre emprego e direitos dos trabalhadores dentro da prefeitura e mais 3 perguntas sobre a política local. Como as perguntas em sua maioria não estavam limitadas a um recorte temporal, os entrevistados podiam remeter a períodos anteriores ao recorte temporal desta pesquisa (2012 a 2020), que foi o que ocorreu.

De acordo com Freitas (2006,pág.67) “(...) em História Oral o entrevistado é considerado, ele próprio, um agente histórico. Nesse sentido, é importante resgatar sua visão acerca de sua própria experiência e dos acontecimentos sociais dos quais participou.” Sendo assim, a capacidade de falar sobre o passado e emitir opinião sobre um dado acontecimento, aqui no caso as eleições e a política local, não fica exclusiva apenas a “grandes figuras”, a políticos em si, mas a qualquer pessoa que tenha participado.

Adicionalmente, a coleta de depoimentos de cidadãos comuns garante que suas vozes sejam ouvidas. Sem esses registros, é provável que suas opiniões passassem despercebidas, limitando o espaço aos políticos e agregados.

Como as entrevistas não buscam informações apenas dos dias atuais, mas também informações de um passado recente, o uso da memória foi muito importante, podendo ser tanto individual como coletiva e “(...) pode ser entendida como uma somatória de experiências individuais, passíveis de serem utilizadas como fontes históricas. (...) memória é o vivido e história é o elaborado. Através do resgate da memória se reconstrói o passado.” (Freitas, 2006, p.51)

Houve alguns momentos nas entrevistas que os entrevistados afirmaram não saber responder uma pergunta devido ao esquecimento e isso foi respeitado. Mas é interessante ressaltar o que diz Freitas sobre o esquecimento

A seletividade e o esquecimento estão presentes no processo da memória. Do ponto de vista psicanalítico, o esquecimento não é visto como um fenômeno

passivo ou uma simples deficiência do organismo. As lembranças que “incomodam” são expulsas da consciência, mas continuam atuando sobre o comportamento no inconsciente, entendido como uma forma de funcionamento do psiquismo. Uma dinâmica que foge ao controle de nossa consciência racional. Portanto, selecionar ou esquecer são manipulações conscientes ou inconscientes, decorrentes de fatores diversos que afetam a memória individual (2006, p.60).

Dito isso, segue abaixo os resultados das entrevistas.

Em relação a emprego, foi feita a seguinte pergunta aos entrevistados: Você esteve empregado pela prefeitura, entre os anos de 2012 a 2020?

O entrevistado(a) “**A**” respondeu: *“Trabalhei de 2012 a 2015. Fiquei afastada de 2015 a 2020 e recomecei a trabalhar em 2021 e até agora, 2024”*.

O entrevistado(a) “**B**” respondeu: *“Sim, estive, mas passava uns di... uns meses, assim 2 anos aí saía voltava de novo”*.

Percebe-se, portanto, a partir disso, que é comum que contratados sejam facilmente retirados dos seus empregos, por diversos motivos e que a partir da demanda e da boa vontade dos administradores podem ser chamados novamente, entrevistado(a) “**B**”, por exemplo, quando voltava a trabalhar não era no mesmo setor que havia ficado anteriormente. Houve exceção com o entrevistado(a) “**C**” pois já se encontrava concursado. Segundo ele, *“(...) fiz o concurso público em 1999 ocupando o cargo de (...) e desde de então eu sou (...) do município (...), então nesse período eu estava trabalhando.”*

Após isso, entrevistados “**A**” e “**B**” foram questionados: Durante o tempo em que você não esteve empregado pela prefeitura, você trabalhou em algum outro setor?

Entrevistado(a) “**A**” respondeu que não havia trabalhado, já entrevistado(a) “**B**” trabalhou como MEI (Microempreendedor individual). Pode-se levar em consideração que tenha sido a primeira escolha, mas pode-se pensar também que tenha sido uma escolha de sustento temporário devido a escassez de vagas nos outros setores do município.

Outra pergunta feita foi: Novos concursos públicos resolveriam/amenizariam as relações clientelísticas no município? Foi obtida as seguintes respostas: entrevistado(a) “**A**” *“Com certeza. Por que o poder executivo, o poder judiciário (creio que aqui o entrevistado confundiu com o poder legislativo) usa muito é... a contratação pra ter o poder de voto.”*

Do mesmo modo pensou o(a) entrevistado(a) “**B**” que disse que *“Amenizaria muita coisa, porque em vez de... de... é...deles oferecer trabalho em troca do do voto as pessoas já estariam estabilizadas e votariam em quem... em quem quisessem, num... num... num era troca de...de emprego pelo voto.”*

O(a) entrevistado(a) “C” teve sua opinião alinhada com as expostas pelos outros entrevistados(as) ao dizer que

“C”: “(...) Sim, porque agora mesmo tá tendo muito contrato é... e não dá estabilidade as pessoas que são contratadas. As pessoas que são contratadas muitas vezes não são bem vistas, porque acha que eles não fazem um bom trabalho mas quando na verdade os contratados também desempenham sua função com excelência e eles também merecem que tenha concurso pra que todos possam ser efetivados.

As respostas dos entrevistados endossam a concepção da importância do poder público e do Estado para o desenvolvimento dos municípios, principalmente, em municípios que possuem um IDH baixo e demandam maiores investimentos. Para Mazzucato, na obra *O Estado empreendedor: desmascarando o mito do setor público vs. setor privado*, essa é a principal característica do Estado, ele tem a capacidade e os recursos necessários para desenvolver áreas que precisam. No entanto, essa capacidade de desenvolvimento e esse papel do Estado é negado por concepções que enxergam somente na iniciativa privada a responsabilidade e capacidade de desenvolvimento econômico e social. São empregos públicos com estabilidade que fomentam o desenvolvimento do município de Jericó e essa é a concepção expressa pelos entrevistados.

A ideia central de Mazzucato é que o Estado é o grande responsável pelo desenvolvimento social, econômico, cultural etc. É ele quem deve garantir condições de vida dignas para a população, “O Estado não pode e não deve se curvar facilmente a grupos de interesse que se aproximam dele em busca de doações, rendas e privilégios desnecessários, como cortes de impostos” (Mazzucato, 2014, p. 29). Um dos desdobramentos dessa posição defendida pela autora é partilhada pela visão dos entrevistados, o município deve garantir mais empregos concursados, pois eles são melhores para a população.

A partir das ideias apresentadas percebe-se que todas essas pessoas possuem o entendimento de que o funcionário contratado por não possuir sua vaga garantida necessita do apoio dos políticos para conseguirem se manter em seus empregos, e que esses políticos usam o emprego como moeda de troca ao pedir o voto da população. Portanto, ambos sabem a posição que se encontram e do poder de barganha que cada um possui.

Foi perguntado também a eles: os direitos dos trabalhadores estão sendo completamente atendidos e respeitados pela prefeitura? Entrevistado(a) “A” respondeu

“A”: *“Não, porque quem é contratado tem aquele contrato recebido pela prefeitura de... só é... só é válido o contrato de fevereiro a... dezembro. Nem tem... o contratado não tem direito a décimo, nem terço de férias, nem o salário de um contrato é igual um salário do... (...) concursado.”*

Entrevistado(a) **“B”** defendeu que *“ Não, não são...nem são atendidos nem são respeitados, porque eu vejo assim, que é... tem... tem setor que, que é muito desvalorizado o... o salário, porque o gari ganhando 40 reais por dia ou 50 não é... não dá pra... pra manter sua família não!”*

Entrevistado(a) **“C”** disse que:

“C”: *“É... então, os que são contratados não ganham no mesmo valor que os concursados ganham, então tem essa diminuição de salário pra os contratados que era pra eles, exemplo exercer uma mesma função, deveria ser também o salário equiparado também aos concursados.”*

Portanto vê-se a importância de conquistas históricas como a CLT, a importância do funcionalismo público efetivo para desenvolvimento de melhores condições de vida para a população. Opiniões que corroboram a concepção de John Rawls, desenvolvidas na obra *Uma teoria da justiça*, que desenvolve a concepção de que o poder público deve operar pelo princípio da equidade, ajudando mais as pessoas que mais precisam e menos as pessoas que não necessitam do auxílio do Estado.

Outra coisa que percebe-se é que, assim como nas gestões anteriores apresentadas no livro *Viajando pela história de Jericó*, as gestões posteriores continuam apresentando os mesmos problemas de salários mal pagos, fazendo com que a população que recorre a prefeitura para conseguir um emprego ainda sim sofra com a questão salarial.

Foi perguntado também qual época os direitos dos trabalhadores haviam sido mais atendidos e as respostas foram: entrevistado(a) **“A”**: *“É... na... gestão do prefeito Rinaldo, de 2004 a 2008 e de 2008 a 2010...”*. Já o(a) entrevistado(a) **“B”** estava entre duas gestões mas findou escolhendo apenas uma:

Entrevistadora: *E... qual época esses direitos foram melhor, melhor atendidos?*

(silêncio)

Entrevistadora: *Sua opinião.*

Resposta: *Eu acho que de 20... depois de 2005 por aí.*

Entrevistadora: *Na gestão de Rinaldo?*

Resposta: *Na gestão de Ri... de Zé Leopoldo, de Rinaldo.*

Entrevistadora: *É que Zé Leopo..., Zé Leopoldo eu acho que foi de 20... 2000 a 2004 e antes, na gestão anterior, Rinaldo foi 2004... as eleições, aí*

ele entrou em 2005, 2009, até 2013, 1º de janeiro de 2013 quando ele passou pra Cláudio.

Resposta: *Eu acho que foi na gestão de Zé Leopoldo.*

Entrevistadora: *Na gestão de Zé Leopoldo foi melhor atendido?*

Resposta: *Acho que foi. Na minha opinião... foi.*

Entrevistado(a) “C” apresentou opinião igual a do(a) entrevistado(a) “A” ao relatar que:

Resposta: *Então, teve um gestor que o salário era igual. No tempo de... de...de um gestor passado que eu não vou citar o nome, o salário era equiparado, ganhava do mesmo jeito, (...)*

Entrevistadora: *Pode... Pode falar a gestão.*

Resposta: *O salário era quase equiparado*

Entrevistadora: *O ano*

Resposta: *No... no... na gestão é... de... acho que foi de... é... na gestão de Rinaldo. O salário era equiparado, ganhava do mesmo jeito.*

Entrevistadora: *2005 a 2013?*

Resposta: *Eu acho que foi mais ou menos nesse... nessa época. Que o salário era equiparado mesmo o concursado, massi hoje não é assim.*

Assim, as gestões de José Oliveira (Zé Leopoldo) (01/01/97 a 31/12/2000) e (01/01/2001 a 31/12/2004) e Rinaldo Oliveira (01/01/2005 a 31/12/2008) e (01/01/2009 a 31/12/2012) foram apresentadas como sendo as administrações em que os salários de contratados eram semelhantes ao dos concursados e os direitos deles estavam sendo atendidos.

Em relação à política local foi perguntado aos entrevistados a opinião deles sobre as trocas de posicionamentos dos políticos, mas parece ter sido uma pergunta que ficou em aberto e dois dos entrevistados acabaram se confundindo com a pergunta e foi necessário deixar mais explícito a real intenção com a pergunta, portanto acho que durante o desenvolvimento do roteiro deveria ter desenvolvido melhor a pergunta. No caso do(a) entrevistado(a) “A” o diálogo aconteceu da seguinte maneira:

Entrevistadora: *Qual sua opinião sobre as trocas de posicionamentos dos políticos?*

Resposta: *Que tem... teve melhorias pra cidade.*

Entrevistadora: *A troca de posicionamento... posição!*

Resposta: *É... eu acho, não sei não responder isso aí.*

Já quando perguntado ao entrevistado(a) “C” houve o dialogo a seguir:

Entrevistadora: *É... qual sua opinião sobre a troca de posicionamento dos políticos locais?*

Resposta: *Então, sempre acontece né, troca de políticos a cada 4 anos é... novos políticos entram pra ocupar o cargo, porquê não é cargo vitalício né? Tem essa troca de políticos a cada 4 anos.*

Entrevista: *No caso, a troca de posicionamento.*

Resposta: *Então, que sempre um tem o... a troca de posicionamentos né, porque ambos pensam diferentes, então nenhum político pensa igual, então, aí tem essa troca de posicionamentos de políticos, dos políticos né? acontece. Então, é... sempre quando acontece essa troca muitas vezes a população é... quem perde né, sempre quando as vezes um político trabalha de maneira mais efetiva, pensando no... no bem estar da população e outros nem sempre acontece né?*

O(a) entrevistado(a) “**B**” respondeu que “*A minha opinião é que eles visam o bem próprio de cada um. É... em busca de melhorias pra eles mesmos, é, pensam pouco na população.*”

Assim, analisando a resposta do(a) entrevistado(a) “**A**” imagina-se que a confusão que tenha ocorrido ao ouvir a pergunta tenha sido a mesma ocorrida com o(a) entrevistado(a) “**C**”, e ter entendido que a pergunta se tratava da mudança ocorrida a cada quatro anos devido às eleições.

Também foi lançada a pergunta: você sente alguma mudança na maneira de se fazer política no município? entrevistados “**A**” e “**B**” responderam que não. Já entrevistado(a) “**C**” respondeu

“C”: *É. Sim, olhe, o gestor... o gestor que está hoje na prefeitura ele trabalha bem para o município, é tanto que muitas ruas foram asfaltadas, e na saúde também ele está fazendo, desempenhando o seu papel com excelência, então eu não vejo assim as queixas da população não, é... falando de... quanto a saúde, a educação ele está de parabéns o gestor que está agora governando Jericó.*

Sendo assim, para o(a) entrevistado(a) “**C**”, ocorreram sim mudanças, pois, o prefeito atual (Kadson Monteiro) está cumprindo seu trabalho de maneira eficaz, desta forma, em sua visão, isso não ocorria anteriormente.

Por fim foi perguntado: Tendo como base sua experiência de vida, houve algum acontecimento que você considera marcante? Entrevistado(a) “**B**” disse não lembrar, entrevistado(a) “**C**” disse não saber e entrevistado(a) “**A**” respondeu

Resposta: *É, foi a primeira vez que um político é... do poder...*

Entrevistadora: Que poder?

Resposta: Quando ele é vereador, ele é o que?

Entrevistadora: Legislativo

Resposta: É, do poder legislativo, é... conseguiu chegar ao poder...

Entrevistadora: Na prefeitura?

Resposta: executivo é?

Entrevistadora: É

Entrevistadora: Conseguiu chegar no...?

Resposta: Poder... Executivo.

Entrevistadora: Quem foi?

Resposta: Kadson!

Entrevistadora: Ah, é verdade!

Ao final, nota-se que, apesar das diferentes posições dos três entrevistados, eles compartilham opiniões similares quanto à situação dos trabalhadores do setor público, especialmente os contratados. Por não estarem filiados a grupos políticos detentores de poder, frequentemente utilizados para obter privilégios, esses trabalhadores se veem limitados em seus direitos como cidadãos e profissionais, estando eles conscientes dessa realidade.

Sendo assim, é notável a necessidade de mudanças na administração municipal em relação a entrega dos direitos trabalhistas dos funcionários contratados e da necessidade de novas vagas de contratação efetiva, visto que, os direitos desses trabalhadores só são atendidos em seu modo integral quando estes se encontram na posição de concursados. Além disso, cabe ao Estado fiscalizar rigorosamente os municípios quanto ao cumprimento dessas obrigações, considerando que estes são entes subordinados ao Estado. Portanto, caso os municípios não entreguem esses direitos por iniciativa própria, cabe ao Estado obrigá-los a fazê-lo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Coronelismo, apesar de ser um conceito a muito estudado, permanece com algumas questões em aberto, portanto, há uma necessidade de que continue sendo discutido, principalmente no que diz respeito a sua quase extinção ou renascimento. Enquanto Pang (1979), considerava que o coronelismo não havia desaparecido por completo, por exemplo, mas caminhava para o fim, pois o coronel já não tinha mais o mesmo poder de outrora, Andrade (1985) considerava que o coronelismo não se extinguiu mas sim sofreu mudanças em suas características dando forma a figura de um *neo-coronel*. Para a autora o que ocorreu não foi um declínio ou fim do coronelismo, e sim uma nova forma de Coronelismo, onde o coronel adquiriu características modernas mas também manteve certos aspectos do passado.

Analisando os autores que abordam o Coronelismo, percebe-se que há uma maior concordância quando se trata das suas características, mas mesmo assim há autores que diferem em alguns aspectos. Já quando se trata de suas origens, assim como o declínio há diferentes percepções. É sabido que na área de Ciências Humanas, opiniões consideradas verdades absolutas são sempre questionáveis, porém, um maior entendimento do conceito é sempre bem vindo.

Como mostrado anteriormente, Lucinete Fortunato em seu livro *“O conceito de coronelismo e a imagem do coronel: de símbolo a simulacro do poder local”* defende que o conceito de Coronelismo mesmo possuindo divergências entre os teóricos, sobre sua origem e seu declínio, sempre é visto como disputa de poder entre a Elite e o Estado, deixando de lado outros agentes que também têm importância, como por exemplo os trabalhadores rurais, pois, se os coronéis são donos de terras e que usam dessa terra como um dos meios de fazer com que os agricultores votem em seus políticos, então são os trabalhadores rurais que possibilitam ao coronel estar no poder, ao voltarem em seus políticos aliados, porém sempre que é discutido o conceito de Coronelismo, esses trabalhadores são deixados de lado e mostrados apenas como seres subjugados aos coronéis, sem poder decisório nenhum.

Além disso, ela também critica o fato deste conceito estar em constante transformação, fazendo com que a região Nordeste continue sendo vista como um local dominado pelos coronéis, mesmo com as mudanças políticas que ocorreram ao longo dos anos, sendo assim, para ela o conceito de Coronelismo continua se atualizando para mostrar a região Nordeste como local que não se desenvolveu com o tempo.

Percebe-se, portanto, que as discordâncias ocorrem principalmente quando se trata do fim do Coronelismo, não havendo acordo se as práticas coronelistas continuam ocorrendo, utilizando uma nova roupagem; se já se extinguiu ou se caminha para um fim.

Acredito no entanto que apesar de algumas das características do Coronelismo continuarem a aparecer nos dias atuais, principalmente o Clientelismo e o Paternalismo, o fenômeno em si perdeu quase todas as suas forças quando o coronel deixou de ter o poder de coerção que tinha quando o voto secreto passou a ser respeitado. Além disso, a cena política abriu espaço para novos integrantes, que apesar de possuírem crédito e poder aquisitivo, ainda sim não o possui como coronel, pelo menos não em seu início de carreira.

Além do mais, o Clientelismo apesar de ser uma característica do Coronelismo não está exclusivamente ligado a ele, pois também nota-se sua existência em outros países, sendo assim, a existência do Clientelismo no Brasil dos dias atuais não necessariamente significa que o Coronelismo sobreviveu.

Adicionalmente, como dito no início desse trabalho, Jericó é uma cidade com quase nenhuma produção historiográfica, sendo assim, mesmo com essa pesquisa, ainda há muitas lacunas a serem preenchidas. Devido ao curto período de tempo algumas ideias tiveram de ficar de lado, mas espero que com essa monografia se conheça um pouco mais sobre o município, sua população e as maneiras de administração pública e politicagem dos governantes, que creio não diferir muito do *modus operandi* dos municípios vizinhos.

Na maioria das vezes ao serem feitos trabalhos tendo a História Política como área os pesquisadores têm sua atenção voltada apenas para as figuras de políticos, grupos políticos e os jogos de poder, mas a população no geral é deixada de lado, não se busca saber como que os cidadãos afetados direta ou indiretamente por esses grupos e suas ações interpretam aquilo que acontece ao seu redor. Por isso, esse trabalho teve como intuito buscar conhecimento das pessoas não inseridas na política, mesmo que limitada à área local, pois como foi possível perceber, os funcionários contratados da Prefeitura, têm conhecimento que seus direitos não estão sendo acolhidos por completo pelos administradores, assim como possuem a percepção de que os políticos trocam de posição visando atender aos próprios interesses e não as ânsias da população. Assim, espero ter a oportunidade de continuar pesquisando sobre o tema e ter mais conhecimento sobre o local onde nasci e cresci, além de aprofundar as ideias acerca da perspectiva da população.

FONTES

<https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/> Acessado em 21/09/2023 às 13:51.

<https://sagresonline.tce.pb.gov.br/#/municipal/inicio> Acessado em 17/11/2023 às 14:47

<https://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/e/resultados-de-eleicoes> Acessado em 17/11/2023 às 14:54

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AVELINO FILHO, George. Clientelismo e Política no Brasil: Revisitando Velhos Problemas. **Novos Estudos CEBRAP**, vol 1, n 38, 225-240, mar 1994.

BEZERRA, Josineide da Silva. **Novos Municípios, Velhas Políticas: práticas de emancipação distrital e estratégias de reprodução política na Paraíba (1951-1965)**. Recife: UFPE, 2016.

CARONE, Edgard. **A República Velha: instituições e classes sociais (1889-1930)**. Rio de Janeiro. DIFEL. 251-260. 1978.

DANTAS, Ibarê. **Coronelismo e Dominação**. 2.ed. Aracaju: Criação Editora, 2019. pág. 20-24.

DROULERS, Martine. EMPREGO PÚBLICO E CLIENTELISMO. **Sociedade e Estado**, [S. l.], v. 4, n. 01, p. 126–144, 2022. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/41854>. Acesso em: 22 abr. 2024.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro**. 3º ed. São Paulo. Globo, 2008

FORTUNATO, Lucinete. **O conceito de coronelismo e a imagem do coronel: de símbolo a simulacro do poder local**. Campina Grande: EDUFCEG, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

FREITAS, Sônia Maria de. **História Oral: possibilidades e procedimentos**. 2º ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

GALVÃO, Claudizon de Sousa. **Viajando pela história de Jericó**. Cajazeiras: Gráfica e Editora Real, 2006.

KERBAUY, Maria Teresa Miceli. Federalismo, descentralização e democracia. **Estudos de Sociologia**, p. 51-61, 2007.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 7º Ed. São Paulo: Companhia Das Letras, 2012.

LIMA, Eduardo Martins de; COSTA, Jorge Heleno. Autonomia municipal: uma análise contemporânea. *Revista da AGU*. v. 18, n. 02, p.107-128, 2019.

MAZZUCATO, Mariana. **O Estado empreendedor: desmascarando o mito do setor público vs. setor privado**. Trad. Elvira Serapicos. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2014.

MONTEIRO, J. M. **A Política Como Negócio De Família: Os Herdeiros E A Força Dos Capitais no Jogo Político das Elites na Paraíba (1985-2015)**. Universidade Federal De Campina Grande, 2016.

PANG, Eul-Soo. **Coronelismo e Oligarquias: 1889-1934**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

PASE, H. L.; MÜLLER, M.; MORAIS, J. A. DE. O clientelismo nos pequenos municípios brasileiros. **Pensamento Plural**, n. 10, p. 181–199, [s.d.]. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/pensamentoplural/article/view/3591>. Acessado em: 22 abr. 2024.

RAWLS, John. **Uma teoria da justiça**. 3ª ed. Trad. Jussara Simões. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

RESENDE, Antônio José Calhau de. Autonomia municipal e lei orgânica. **Cadernos da Escola do Legislativo**, v. 10, n. 15, p. 08-42, 2008. Disponível em: <https://cadernosdolegislativo.almg.gov.br/cadernos-ele/article/view/250>. Acessado em: 26 mai. 2024.

SANTOS, Angela Penalva. Autonomia Municipal no Contexto Federativo Brasileiro. **Revista Paranaense de Desenvolvimento - RPD**, [S. l.], n. 120, p. 209–230, 2012. Disponível em: <https://ipardes.emnuvens.com.br/revistaparanaense/article/view/171>. Acesso em: 26 maio. 2024.

ANEXO I

Perguntas realizadas durante as entrevistas:

- Você esteve empregado pela prefeitura de 2012 a 2020? Se não, durante esse período, esteve empregado em algum outro setor não pertencente à prefeitura?
- Qual sua opinião sobre as trocas de posicionamentos dos políticos locais?
- Na sua opinião, novos concursos públicos resolveriam/amenizariam as relações clientelísticas no município?
- Na sua opinião, os direitos do trabalhador estão sendo completamente atendidos e respeitados?
- Qual época isso melhor ocorreu?
- Tendo como base sua experiência de vida, você sente alguma mudança na maneira de se fazer política no município?
- Teve algum acontecimento no meio político que você considera marcante?